

**Ata da Reunião Extraordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal
Viseu Dão Lafões do dia dezasseis de março de dois mil e dezoito**

--- Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, na vila de Castro Daire, no Auditório do Centro Municipal de Cultura, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Ponto Único: Informação sobre a situação pós-incêndios de 15 e 16 de outubro na área da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões pelo Conselho Intermunicipal, Secretário Executivo Intermunicipal e Dirigentes de Serviços Regionais convidados.-----

--- Realizada a chamada às dezassete horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Senhores Deputados:-----

--- Casimiro Alves Martins Loureiro;-----

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques;-----

--- Filipe Manuel Gonçalves Pacheco Pais;-----

--- Susana Alexandra Aires Leandro Almeida Cardoso;-----

--- Luís Augusto Maia Rodrigues;-----

--- Mário do Carmo Pereira;-----

--- Dália Maria Araújo Silva Martins;-----

--- Marta Susana Alves Palrinhas;-----

--- José Manuel Afonso Rodrigues;-----

--- João Fernando Marques Rebelo Cotta.-----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Santos, declarou aberta a Assembleia, tendo informado os presentes sobre o modelo em que a mesma iria ocorrer, tal como havia sido previamente acordado com os grupos parlamentares.-

--- O Senhor Presidente da Mesa informou os presentes que em face da falta da Senhora Secretária da Mesa, convidava, caso ninguém se opusesse, a Senhora Deputada Edite Cruz, para Secretaria a Mesa, tendo esta proposta merecido a aprovação, unanime, dos presentes.--

--- Informou, ainda, os presentes que tinha convidado para a Assembleia Intermunicipal o Senhor Vice-Presidente da CCDRC, Dr. Veiga Simão, o Senhor Eng.º Viriato Garcez, do ICNF, o Major Resende, da GNR e o Comandante do CODIS Miguel Ângelo David, sendo que, também, tinha convidado a Senhora Diretora Regional de Agricultura do Centro, mas que esta tinha declinado o convite.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “O tema que nos traz aqui hoje é um tema muito

importante e que nos tem preocupado a todos os catorze Presidentes que fazem parte da Comunidade. -----

--- Isto é uma situação que não tem possibilidade alguma de ser cumprida. As câmaras estão a fazer aquilo que podem, os proprietários estarão a fazer aquilo que podem, mas há situações que são muito difíceis de resolver.-----

--- Primeiro, porque só a partir de hoje é que as câmaras podem começar a intervir e temos, portanto, um mês e meio para fazer essa intervenção, apesar do Senhor Primeiro-Ministro ter dito ontem que é até junho.-----

--- Depois há uma outra questão que é onde as câmaras vão arranjar as verbas para pagar todo este trabalho.-----

--- Eu posso dizer-vos que a Câmara Municipal de Carregal do Sal já pediu orçamentos para esses trabalhos, porque não temos equipas que o possam fazer e o que nos chegou foi para limpeza normal de mato, foi na ordem dos mil e duzentos euros o hectare. Se for desmatção com desbaste já vai mil e oitocentos euros. Se for desmatção com desbaste, corte e empilhamento na própria propriedade fica na ordem dos dois mil e quinhentos euros por hectare.-----

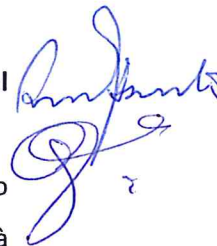
--- Agora multiplicando isto pelos hectares que existem em cada concelho, cortando e limpando à sua volta os cem metros que nos impõem, se dividirmos os cinquenta milhões pelos trezentos concelhos que existem no país façam contas de quanto dá a cada concelho.----

--- Mas atenção, estes cinquenta milhões não são a fundo perdido, as câmaras têm que adiantar o dinheiro que é outra situação que não compreendemos, pois, a câmara tem que orçamentar a verba dos seus próprios fundos e depois a partir daí apresentar a contas e receber não sabendo quando.-----

--- Temos um exemplo e temos aqui o Dr. Veiga Simão que sabe e tem estado a acompanhar comigo e com outras equipas das câmaras, sabe perfeitamente o que está a acontecer nas câmaras com as casas de primeira habitação. Tudo era muito simples no início, até cinco mil euros era só a câmara mandar avançar e depois apresentar a fatura que se recebia, mas afinal agora até para uma fatura de quinhentos euros é necessário apresentar certidões das finanças e mais uma série de documentos.-----

--- Nós, Presidentes de Câmara, é que normalmente estamos na frente e sofremos todas as consequências, apesar de toda a colaboração que a CCDRC tem dado, mas enfim, eles cumprem a lei e também não a podem ultrapassar.-----

--- De qualquer das formas e como eu disse, a CIM nas reuniões têm discutido estes problemas. Na última reunião da CIM aprovámos um documento que foi enviado a várias



entidades, nomeadamente ao Senhor Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, ao Senhor Secretário de Estado das Florestas, ao Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, à Senhora Presidente da CCDRC, ao Senhor Presidente da ANMP e ao Senhor Presidente do ICNF, aos grupos parlamentares da Assembleia da República e à Comissão de Agricultura e Mar da Assembleia da República. É um documento em que nós focamos o aspeto que eu acabei de dizer da impossibilidade da limpeza nos prazos que estão a impor. -----

--- De facto, que tinha que ser feito alguma coisa, está a fazer-se aquilo que pode, mas não podemos aceitar, de modo nenhum, que chegado ao dia se vier a acontecer que nos retirem vinte por cento do FEF e comecem a aplicar multas. -----

--- Acho que tem que haver um meio-termo. Portugal sempre teve fogos e temos que atender às circunstâncias do que é hoje o país. Há cinquenta anos atrás a maior parte das terras que hoje estão transformadas em mato, eram cultivadas, portanto tinham agricultura, pessoas que viviam lá e como tal era difícil haver fogos nessas zonas. -----

--- Como é que as câmaras depois conseguem apresentar a conta ao proprietário? -----

--- Quem é e onde está? -----

--- Na maior parte das vezes nós não sabemos quem ele é. -----

--- Há propriedades que têm vinte herdeiros e que não estão cá. -----

--- Nós vamos apresentar a conta a quem? -----

--- É a madeira que vamos vender que ninguém a quer neste momento, que vai pagar esta despesa? -----

--- Este é um problema muito grave que está aqui e penso que todos nós nos temos que manifestar contra isto. -----

--- Não vou dizer que é para não se limpar nada, não podemos fazer isso. Temos de limpar, mas com razão e maneira de ser, porque aquilo que está a acontecer com o desbaste que está a ser feito entre copas de dez metros só vem prejudicar e isto está escrito por técnicos. -----

--- Ao termos aquela distância entre copas o sol incide muito mais nos terrenos e a mata tem um crescimento muito mais rápido. Esta é uma situação de que temos que nos interrogar. -----

--- Depois temos outra situação que é o estarmos a cortar agora e as chuvas vieram muito tardias, as matas que estiverem a ser limpas agora se vier um mês ou dois de sol, quando chegarmos a agosto está tudo cheio de mato outra vez. Não tenhamos a menor dúvida. -----

--- Eu não sei como vamos manter isto tudo limpo durante os anos e perante o que acabei de dizer provavelmente terão que ser limpas duas ou três vezes por ano. E eu pergunto onde é que os proprietários vão arranjar dinheiro para fazer as limpezas, onde as câmaras vão arranjar dinheiro para fazer as limpezas e mais ainda, onde se arranjam pessoas para fazer este trabalho.

--- Neste momento, e por aquilo que nós sentimos nas reuniões da CIM, em concelho algum, não há ninguém para se ocupar com estes trabalhos.-----

--- Por agora, terminava por aqui, mas apenas queria dar uma nota que nada tem a ver com este tema.-----

--- No dia vinte e quatro deste mês os Presidentes dos municípios que compõem esta CIM e o seu executivo vêm para a rua fazer uma petição sobre o estado do IP3 e eu em nome dos meus colegas Presidentes de câmara, pretendíamos a colaboração de todos vós, cada um nos vossos concelhos, que se associassem às vossas câmaras e colaborassem com os executivos para assinatura dessa petição.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, o Senhor Presidente fez aqui o enquadramento do assunto em apreço, bem como das posições que o Conselho Intermunicipal tem tomado.-----

--- Dar nota que o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo e equipa técnica da CIM têm vindo a acompanhar todo este processo relativo à questão dos incêndios e pós incêndios que também é o tema que estamos aqui hoje a discutir.-----

--- De referir que junto dos Senhores Presidentes de Câmara, principalmente aqueles que foram afetados diretamente e junto da equipa técnica da CCDRC acompanhar todo o processo que obviamente tem a ver com os apoios, a reconstrução das habitações, o programa REPOR das empresas e temos dado também o apoio possível aos municípios.-----

--- Dizer, também, que relativamente a questões de defesa da floresta contra incêndios e tudo o que tem a ver com a proteção civil intermunicipal, devo referir que a CIM, não só depois de quinze de outubro, muito antes, já tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos que os tem vindo a trabalhar junto com os seus municípios, com os gabinetes técnicos florestais, mas também com atores do território, junto da Autoridade de Proteção Civil, da GNR, ICNF, o IPMA, a APA, nomeadamente no projeto da Plataforma de Emergência de Proteção Civil Intermunicipal, mas outros projetos como o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, projetos europeus como o LIFE, no domínio da defesa da floresta contra incêndios.

--- Estarei à disposição para alguma questão, mas agora era só esta nota que queria dar.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da CCDR do Centro, Dr. Veiga Simão, cuja intervenção se transcreve, sendo que a mesma foi acompanhada por uma apresentação powerpoint: “Dizer desde já duas coisas pegando naquilo que o Nuno Martinho estava agora a referir, algo que eu tive, também, o prazer de partilhar convosco, no âmbito do ClimaAdapt, relativamente a Tondela e todo o trabalho que a CIM tem vindo a desenvolver no âmbito das alterações climáticas.-----



--- É de facto o ponto onde deve haver uma grande força política para acompanhar todo esse trabalho técnico que está e será desenvolvido pela CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- A questão das alterações climáticas não vale a pena escamotear certas situações, mas fico muito contente ao ouvir aqui o Senhor Secretário Executivo falar relativamente ao projeto LIFE e também ao que estará na base destes projetos em candidatura. -----

--- De facto, pediram à CCDRC para partilhar convosco e alguma forma sistematizar todo o trabalho que temos feito com os vossos municípios, com os Presidentes de câmara. É um trabalho que é exemplar do ponto de vista da articulação. Obviamente com diferenças, encontrando consensos, mas temos vindo a conseguir fazer isso, sabendo que ainda não foi possível fazer tudo o que nós desejávamos, mas o caminho faz-se caminhando. -----

--- Penso que conseguiremos chegar a um ponto e ter orgulho naquilo que foi feito pelas populações afetadas e pelo território que foi afetado. -----

--- A Comissão de Coordenação teve a incumbência de acompanhar a intervenção nas primeiras habitações, habitações permanentes, no âmbito das atividades económicas e também no âmbito das infraestruturas municipais.-----

--- Dentro destas três temáticas que temos vindo a trabalhar com as autarquias envolvidas que tiveram o infortúnio de sofrer com as ignições de quinze a dezassete de outubro.-----

--- Numas pequenas contas que eu fiz, até com dados fornecidos pelo ICNF, para dizer que a Região Viseu Dão Lafões os municípios afetados pelos incêndios, foi afetado uma área de cerca de trinta e dois por cento de território em função da área de todos os municípios afetados na Região Centro.-----

--- No que respeita a primeiras habitações ou habitações permanentes foi feito de imediato um trabalho com as autarquias em que enviámos um documento digital para que de imediato pudessem dentro daquilo que iam reconhecendo no seu território juntamente com as juntas de freguesia, fazer um primeiro levantamento. -----

--- Após esse primeiro levantamento fizemos deslocar para o terreno, acompanhados também por Presidentes de juntas de freguesia ou por técnicos das câmaras municipais. Contratámos três empresas para esse efeito e três técnicos superiores da CCDRC que foram para o terreno para densar essa informação sobre essas primeiras habitações.-----

--- De todas as habitações afetadas e estamos a falar e mil e setecentas e sete de primeiras habitações e até trinta um de janeiro foi solicitado às autarquias e obviamente que aos particulares que viram as suas casas afetadas pelos incêndios, para fornecerem, entregarem os formulários com um conjunto de informação que é necessária.-----

--- Sim, Senhor Presidente da Câmara de Carregal do Sal, a princípio parecia mais fácil e mais expedito, mas uma coisa é certa assim que a verba foi transferida para a CCDRC, para fazer face aos primeiros pagamentos, também veio logo a Inspeção Geral de Finanças “assentar arraiais” na Comissão de Coordenação, e bem, do nosso ponto de vista é bom fazer isto colaborativamente. -----

--- A trinta e um de janeiro recebemos os formulários e há pouco falei de mil e setecentas e sete e depois já estamos a falar de mil e sessenta e oito candidaturas e aqui estou a falar independentemente dos prejuízos. -----

--- Nós fizemos três classes: até cinco mil euros, de cinco mil a vinte e cinco mil euros e superior a vinte e cinco mil euros. -----

--- Destas mil e setentas e sete, dentro destas três classes, recebemos candidaturas para mil e sessenta e oito. Viseu Dão Lafões apresentou cento e setenta e uma primeiras habitações para reconstrução total e cento e oitenta e duas habitações para reconstrução parcial, num total de trezentas e quarenta e três primeiras habitações a intervencionar, o que corresponde a trinta e dois por cento do total dos municípios afetados pelos incêndios na Região Centro. -----

--- Posto isto, estamos a fazer um esforço muito grande para os pagamentos em dinheiro, ou seja, até cinco mil euros e entre cinco e vinte e cinco mil euros. Temos vindo a fazer um esforço até para a burocracia interna seja bem “oleada” e rápida dentro obviamente das limitações legais que temos que cumprir. -----

--- No que diz respeito às com valores superiores a vinte e cinco mil euros em que a CCDRC assume o contrato de empreitada, Tondela e no que respeita aos municípios desta CIM, foi assinado o contrato e, portanto, pelas informações que tenho a empresa já está no terreno a fazer os levantamentos topográficos das casas afetadas. -----

--- Santa Comba Dão e Vouzela, a entrega das propostas será na segunda-feira e durante a próxima semana os outros municípios que foram afetados e não são agora referenciados, serão abertos os concursos para esses municípios que estarão agregados em lotes. -----

--- Relativamente às atividades económicas foi criado um programa que se designa REPOR, esse programa é gerido pela Comissão de Coordenação. Foi feito aqui um trabalho muito grande entre a CCDR e as autarquias no sentido de termos uma identificação muito rápida das que atividades que tinham sido afetadas. -----

--- O trabalho também foi muito rápido neste cadastro. Temos no âmbito dos concelhos afetados na Região Centro, quatrocentas e trinta e cinco empresas que estão cadastradas. À data de treze de março, apresentaram candidaturas duzentas e onze empresas. -----



--- Destas duzentas e onze, cinquenta e seis estão localizadas na Dão Lafões, tendo sido aprovadas cento e quarenta e uma operações, estando ainda setenta candidaturas em análise.

--- Aqui no REPOR houve grandes dificuldades, assim como nas habitações relativamente a documentos necessários, e atendendo até regras comunitárias, tivemos que fazer um protocolo com o ITECons, que conhecerão, da Universidade de Coimbra para irem a fazer a partilha das atividades económicas.-----

--- Várias situações têm atrasado, apesar de pessoalmente entender, que o já terem apresentado duzentas e uma empresas é muito interessante. As maiores dificuldades que as empresas enfrentam na apresentação das candidaturas relacionam-se com a comprovação dos danos e com as negociações com as seguradoras.-----

--- Muitos ativos ardidos não estão registados na contabilidade das empresas e nem as mesmas conseguem apresentar comprovativo das aquisições.-----

--- Outra dificuldade que nos é reportada pelas empresas, frequentemente, é a demora das seguradoras na avaliação dos danos e da negociação ao nível das indemnizações.-----

--- Outro constrangimento que nos é transmitido é a falta de resposta por parte dos empreiteiros para as reconstruções das edificações.-----

--- Mas a questão de não estar nos ativos das empresas muito do que ardeu tem sido preocupante para as próprias empresas para poderem ir buscar o máximo de subvenção que têm direito.-----

--- A contabilidade existe para ser feita.-----

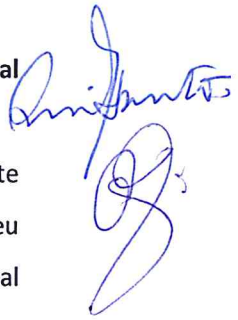
--- Isto é para partilhar algumas informações e preocupações que temos vindo a adquirir ao longo deste processo.-----

--- No que respeita às infraestruturas municipais a Comissão fez o seu levantamento com as autarquias e é um processo que está a ser desenvolvido e é também algo que nos preocupa. Aqui, preocupa-nos a questão da Ecopista do Dão, foi muito afetada e estamos a trabalhar por forma a repor as condições das infraestruturas municipais.-----

--- Para já é tudo e obviamente estou disponível para dar aqui maior capilaridade se entender aquilo que fui aqui referido e também ouvir da V/ parte críticas que são sempre construtivas e já nadamos tão embrenhados nisto que às vezes entramos em loop e críticas vindas de pessoas que estão fora também são interessantes para podermos voltar aos carris.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Diretor do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, do Instituto da Conservação da natureza e das Florestas, Eng.º Viriato Garcez, cuja intervenção se transcreve, sendo que a mesma foi acompanhada por uma

apresentação powerpoint: "Quando me foi feito o convite disse logo que sim que iria estar presente, salvo se algum motivo de força maior o impedisse e porquê? -----
--- Porque o ICNF deve vir a sítios como este transmitir e prestar informações às pessoas daquilo que tem feito, o que se prevê fazer. -----
--- Às vezes passamos perante o exterior como os responsáveis das propriedades, matas nacionais, perímetros florestais e aprece que nada fazemos. -----
--- Eu tinha também solicitado uma pequena apresentação, mas não sendo possível irei avançar. -----
--- Posso vos dizer que ainda no dia de ontem foi-me dito que deveria estar hoje na Sertã com o Senhor Primeiro Ministro e também numa ação na Mata de Leiria, mas não é que não fossem ações importantes, mas achei que deveria estar aqui e não mandar um chefe de divisão. -----
--- Ainda esta semana estive com a Comissão da Assembleia da República dos Senhores Deputados da agricultura e do mar, portanto que estiveram a visitar as áreas da Região Centro e quando digo às pessoas que na Marinha Grande tenho nove Senhoras assistentes operacionais com uma média de idade de sessenta anos, para as matas nacionais do litoral, tenho dois técnicos superiores na Marinha Grande para as matas nacionais do litoral, que são várias, e um deles está de baixa á um ano e outro está a entrar na reforma, portanto é um panorama complicado. -----
--- Isto para dizer que no Dão Lafões a situação não é tão dramática como no litoral. Estamos a falar de uma área, da nossa responsabilidade ICNF, de dez perímetros florestais. -----
--- Estes dados que aqui apresento são dos grandes incêndios florestais, áreas que foram retiradas através de fotointerpretação, porque quem tem os dados rigorosos é a GNR. -----
--- Aqui, fiz questão de ter do dia treze ao dia dezasseis de outubro para vermos comparativamente aos grandes incêndios de dois mil e dezassete, a grande percentagem de área estamos a falar de oitenta e cinco por cento que nos ardeu. -----
--- Nessa altura arderam cerca de cinquenta mil hectares, num total de cinquenta e nove, os tais oitenta e cinco por cento. -----
--- Conforme é possível visualizar, Tondela e Vouzela são os concelhos mais afetados. -----
--- Daquela área que é nossa responsabilidade dentro desta Comunidade Intermunicipal volto a dizer, temos dez perímetros florestais, onde o Estado é o gestor, porque aquelas áreas são de associação compartes e aqui o que ardeu principalmente, maior área, foi o perímetro florestal da Pernoita, no concelho de Vouzela. -----



--- Quem tem vindo ao longo destes anos, para além das nossas equipas vulgarmente chamadas CNAF'S, temos as equipas de sapadores florestais que têm vindo a fazer o seu trabalho, que são cento e dez dias de serviço público que é em parte em prevenção estrutural e vigilância na época crítica. -----

--- Nós aqui nesta Região temos vinte e duas equipas de sapadores, cada equipa com cinco homens. O concelho com mais equipas é de São Pedro do Sul. Temos alguns concelhos que ainda não têm qualquer equipa.-----

--- Há uma vontade da tutela de rapidamente abrir outra vez outro concurso principalmente para os concelhos onde não há e noutros que assim o necessitem. -----

--- De referir, porque para além das de Dão Lafões, temos mais trinta e quatro equipas na parte norte do Distrito de Viseu e são coordenadas pelo ICNF Norte.-----

--- Conforme também já disse há a obrigação a troco dos quarenta mil euros que o Estado dá por ano para as equipas de sapadores, aos tais cento e dez dias de serviço público.-----

--- Ao longo destes últimos anos tem sido muito o trabalho destas equipas. O Estado deve dar o exemplo e terá que investir e não ser retirar única e exclusivamente receita das áreas públicas. -----

--- Ainda aqui nas equipas de sapadores gostaria de frisar que cada em equipa faz em média vinte e cinco hectares, portanto desta s vinte duas poderemos estar aqui a dizer que em média fazem quinhentos e cinquenta hectares por ano.-----

--- Aqui, as ações de resposta decorrentes da tragédia. A seguir aos grandes incêndios o que é que o ICNF fez no imediato?-----

--- Fez um conjunto de relatórios de estabilização de emergência, falamos de nove relatórios que são os grandes incêndios, cada incêndio, mais de setecentos e cinquenta hectares, temos aqui incêndios em que um relatório corresponde a vários concelhos. -----

--- Daqui realçar a colaboração dos gabinetes técnicos florestais e dirigir-me em particular a uma pessoa que está, não na qualidade de ICNF, mas que teve aqui um papel importantíssimo, a Eng^a Mónica que está aqui pela Assembleia Municipal de São Pedro do Sul. -----

--- Ela e todos que estão no papel de intervenção estrutural forma muito importantes. -----

--- Não posso deixar de vos dizer o seguinte: em quinze dias estes relatórios estavam feitos e estes dias eram fundamentais para serem abertos o PDR e para as pessoas poderem apresentar as suas candidaturas. Nestes relatórios nós fomos validar quais eram as ações emergentes e necessárias. -----

--- Posso dizer-vos que no passado houve algumas lamentações de termos candidaturas a serem decididas quase passado um ano.-----

--- Desta vez as candidaturas, algumas, as dos primeiros incêndios de Pedrógão estão a ser executadas e a um bom ritmo.-----

--- Estas que os municípios apresentaram as suas candidaturas penso estão em fase final de análise de decisão e rapidamente as mesmas podem estar a ser executadas.-----

--- As principais ações eram a recuperação das linhas de água, estabilização das encostas, corte de material ardido e triturado, isto é, junto às faixas.-----

--- Outra das ações que nós permitimos nestes relatórios que viessem a ser validadas foi a questão da sinalização.-----

--- Outra coisa que o ICNF fez foi uma ação de emergência, de estabilização, no concelho de São Pedro do Sul, com a participação da Câmara Municipal de Oliveira de Frades e a força de bombeiros e fizemos outra também em Tondela.-----

--- Portanto o ICNF nesta Comunidade Intermunicipal fez estas ações, mas fez outras noutras regiões afetadas.-----

--- Apoiado nas imagens, uma ação feita com material ardido, a estabilização para seguramos o solo.-----

--- Neste momento estamos a fazer algumas ações na Região Centro e volto a dizer foram feitas com meios próprios e com as equipas de sapadores e a nossa grande preocupação foi no imediato, nos perímetros em que nós somos responsáveis, fazer as faixas principalmente à volta dos aglomerados populacionais.-----

--- Posso vos dizer que estava previsto, o Primeiro-Ministro e membros do Governo, virem visitar uma área onde está um bom trabalho, que é visível, que é em Manteigas, foi adiada por causa das condições atmosféricas.-----

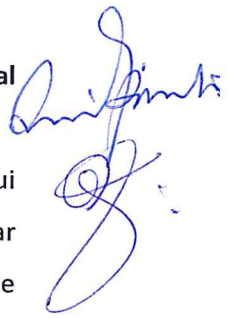
--- Houve esta preocupação de fazermos as faixas de gestão de combustível à volta dos edifícios, espaços rurais, aglomerados populacionais, parques de campismo, infraestruturas, rede viária florestal, tudo o que era da responsabilidade do ICNF.-----

--- Agora, claro, que isto é extremamente curto para o que é as nossas obrigações nos perímetros e estamos a falar num município onde temos responsabilidade.-----

--- Perguntam-me, o que fizeram até agora?-----

--- Posso vos dizer o seguinte: Deram-nos a possibilidade e eu enquanto diretor do Centro, gostaria que fosse bem mais, para escolhermos os perímetros, deram-nos quinhentos hectares de um concurso público que termina esta semana ou está na fase de audiência prévia, onde faremos intervenção até ao final de maio, portanto das faixas que são da nossa responsabilidade.-----

--- Estamos a falar dos perímetros, dos aglomerados populacionais.-----



--- O grande objetivo de todos nós é que o que aconteceu no ano passado não se repita e aqui eu quero realçar os trabalhos que os Senhores autarcas têm vindo a fazer e a colaborar connosco em muitas parcerias, pois queira-se ou não esta é uma tarefa complicada para nós e próximas gerações.-----

--- Estamos a proteger a floresta que não ardeu é estimar e tentar reabilitar a que ardeu. -----

--- Nós sabemos que nos últimos tem vindo a aumentar o mato, dos incultos, é lógico que isto tem muito a ver com aquelas questões do ordenamento, de desertificação. -----

--- A nós Região Centro, falta algo que vai ser fundamental os Planos Regionais de Ordenação Florestal e estes planos irão permitir dizer-nos o que em determinado sítio posso plantar ou não, quais são as áreas adequadas para determinada espécie, porque infelizmente na Região Centro desde dois mil treze até agora entraram mais de vinte e um mil projetos para arborizações. Arborizações essas que podem ser autóctones, de eucaliptos e isto é uma imensidão de projetos.-----

--- Estamos todos a fazer, se calhar aquilo que já deveria ter sido feito em anos, estamos a tentar fazer em poucos dias para que dois mil e dezoito seja diferente.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Major Resende, da Guarda Nacional Republicana, cuja intervenção se transcreve, sendo que a mesma foi acompanhada por uma apresentação powerpoint: "À Guarda Nacional Republicana cabe a missão de analisar as ocorrências de incêndio, validar as áreas ardidas, carregando-as no Sistema de Informação de Incêndios Florestais e depois dentro da validação aqueles que forem negligentes, dar também início à investigação do próprio incêndio a existir e a tentar apurar quem foram os seus autores. -----

--- Aqueles que forem considerados não zelosos são encaminhados para a Polícia Judiciária. ---

--- Nesse sentido, esta é a minha agenda para a apresentação que vou fazer. -----

--- Vou abordar três temas, analisar os incêndios de uma forma global no Distrito, analisar os incêndios no período de quinze a trinta e um de outubro, porque por força desse houve alguns reacendimentos e depois também como nos compete avaliar as causas, tentar perceber da base da nossa análise no que os incêndios são no Distrito de Viseu. -----

--- No primeiro diapositivo tem dois mapas do Distrito. Um com as ocorrências reais, sem os falsos alarmes, do ano de dois mil e dezassete por concelho e tem a média a seis anos também por concelho do Distrito de Viseu. -----

--- Assim, dizer que efetivamente temos alguns concelhos mais preocupantes do que outros e na nossa análise preocupa-nos a zona do maciço serrano com a Serra de Montemuro, que os concelhos que a confinam têm uma grande percentagem no bolo total de ocorrências a nível

do Distrito. A seguir a esses concelhos que são Cinfães, Castro Daire, Lamego e Resende segue-se também o concelho de Viseu e o de Tondela.-----

--- De grosso modo, o concelho de Viseu, Castro Daire e Cinfães são os três que vão despoletando o nível de ocorrências no Distrito e também a nível de área ardida também se incide mais no maciço serrano. -----

--- Com este diapositivo pretendia demonstrar que o nosso Distrito tem uma realidade na zona do maciço serrano do Montemuro, muito diferente da realidade a Sul, nomeadamente no que respeita aos concelhos de Mortágua, Santa Comba Dão e Carregal do Sal. -----

--- Agora vemos o número de ocorrências associada a área ardida no ano de dois mil e dezassete. A totalidade desse ano como o Senhor Diretor disse, as áreas validadas mais corretas são as validadas por nós e carregadas no sistema e pretendemos aqui demonstrar essas áreas. -----

--- Com a escala ali atribuída temos no ano passado um Distrito quase todo a vermelho, que são os concelhos que têm mais de cem hectares ardidos e mais de cem ocorrências. -----

--- No ano de dois mil e dezassete temos concelhos com muita área ardida, embora poucas ocorrências, a Sul e isto deve-se efetivamente ao quinze de outubro. -----

--- O quadro apresentado quer demonstrar a área total ardida no ano dois mil e dezassete, a área ardida na segunda quinzena do mês de outubro e a percentagem que essa área contribui para o “bolo” geral por concelho. -----

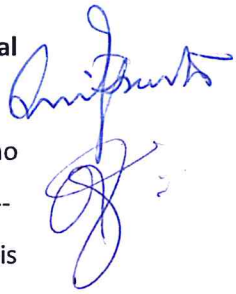
--- Verificamos que aqueles concelhos que não têm maior incidência de ocorrências e não tem maior incidência de área ardida ao longo dos anos, este ano tem uma percentagem enorme da área que ardeu a quinze de outubro.-----

--- No entanto os concelhos referenciados na Serra de Montemuro, parte da área que estava associada no ano de dois mil e dezassete ardeu fora desse prazo. -----

--- Esta é a imagem do Distrito do quinze de outubro. -----

--- Em termos de causas o que nos compete, este quadro pretende explicar um pouco o que são as causas dos incêndios. Tem as ocorrências totais e depois por patamares verificamos que a negligência cabe ao longo destes seis anos numa média de trinta e seis por cento. Há cerca de vinte por cento que nós não conseguimos, com base nos índices, dizer com certeza qual foi a causa do início do incêndio e daí estar nas “desconhecidas”. -----

--- Tentamos que baixe esta cifra e isto tem muito a ver com a preservação do possível ponto de início de incêndio. Tentaremos neste ano e nos próximos fazer ações de formação muito vocacionadas para os agentes de proteção civil que chegam em primeiro lugar ao local de incêndio e aqui as corporações de bombeiros, as equipas de sapadores têm um papel



importante na preservação do local, pois os vestígios lá deixados vão dizer-nos muito, como por exemplo, a projeção da cinza nas pedras. -----

--- Quanto mais intacto estiver melhor sucesso poderemos ter na sua validação e quanto mais depressa ela for feita, mais sucesso teremos também. Por vezes também, e aqui tenho que fazer mea-culpa, dado ao número gritante que por dia às vezes temos de ocorrências, nem sempre conseguimos chegar e validar o mais depressa possível. -----

--- Pegando na fasquia dos trinta e seis por cento das ocorrências que consideramos negligentes e subdividi-la por patamares dentro da negligência verificamos que noventa e três por cento corresponde ao uso do fogo, corresponde às pessoas que o usam para as suas necessidades pessoais, sejam limpezas, queimadas, renovação e pastagens, fogueiras, limpeza com maquinaria. -----

--- Dos negligentes noventa e três por cento estão neste patamar. Aqui há muito a fazer! -----

--- Eu penso que todos os agentes de proteção civil e em particular as forças de segurança, relativamente aos negligentes têm um papel importante. -----

--- Aqui, avanço naquilo que chamam a sensibilização e fiscalização como meio de prevenção eficaz e queremos acreditar que sim. -----

--- Nas ações de sensibilização como nas de fiscalização nós vemos quatro grandes objetivos essenciais: a sensibilização das populações, incluindo as mais idosas in loco, explicando no terreno como e porquê o devem fazer. Dar nota, aqui que este ano as salas das ações estão cheias e isto é um sinal que efetivamente este tema entrou na ordem do dia. -----

--- Um dos outros objetivos é identificar situações críticas e georreferenciá-las para ver mais tarde se o cidadão ficou sensibilizado para o trabalho a fazer. -----

--- Outro é dissuasão dos comportamentos críticos e aqui temos o exemplo de uma fogueira dentro de um pinhal e uma queimada a céu aberto para queimar restos de sobrantes agrícolas, que em determinadas situações atmosféricas poderá despoletar um incêndio florestal. -----

--- Um último objetivo dos quatro que enunciei é a difusão de informação sobre a gestão de combustível e uso de fogo, nomeadamente no que diz a lei sobre o uso de fogo, o que é uma queima, o que é uma queimada. -----

--- Realço o papel do Núcleo de Proteção Ambiental da Guarda Nacional Republicana, do GTF da câmara municipal, dos Presidentes de junta de freguesia e da corporação e bombeiros que tem um papel fundamental no meio disto tudo. -----

--- Para nós, o trabalho em rede é algo a continuar a apostar. -----

--- Com este trabalho nós tentamos atingir estes dados e mais ainda se for possível e estes são alguns dos resultados da operação “Floresta Protegida” que temos em curso desde quinze de janeiro e certamente passará mais tarde a chamar-se “Floresta Segura”.-----

--- Fizemos cerca de duzentas ações de rua com as pessoas, a explicar situações práticas. Fizemos cento e noventa e cinco ações de sala e atingimos quatro mil quatrocentas e cinquenta e oito pessoas, até a esta data. -----

--- Com todo este trabalho nós pretendemos explicar às pessoas o que a lei diz de modo a que elas a compreendam bem.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Comandante do CODIS de Viseu, Representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Miguel Ângelo David, cuja intervenção se transcreve, sendo que a mesma foi acompanhada por uma apresentação powerpoint: “Começava desde logo por esclarecer um conceito de como funciona em termos de mobilização nos incêndios. --

--- Após a deteção das várias origens, sejam elas particulares, seja a rede nacional de postos de vigia, seja uma pessoa que circula, emite um sistema de alerta e faz chegar ao CDOS, até três minutos depois do alerta a necessidade despachar três equipas mais próximas do local, complementadas com um meio aéreo de ataque inicial. -----

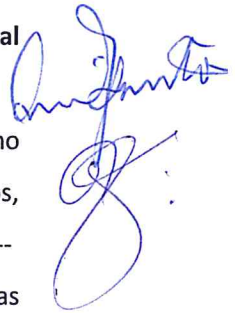
--- Este foi o nosso ponto de partida, o Distrito de Viseu e especificamente, estamos na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. -----

--- Para isso, contávamos com trinta e dois corpos voluntários de bombeiros espalhados pelo Distrito e um corpo municipal, no caso da cidade de Viseu.-----

--- Em termos de conceito de pré-posicionamento, por cada um daqueles raios a verde e a azul significaria que nenhuma equipa nos dias de alerta estivesse pré posicionado e teria que percorrer mais de quinze, trinta ou cinquenta quilómetros. -----

--- Algo que desde logo foi por nós tratado com os municípios e que evidencia uma mais valia é a utilização de meios e equipamentos pesados, perante situações de cenário de incêndio como os que ocorreram, nomeadamente na utilização de máquinas de rasto. É algo que temos vindo a potenciar não só com os municípios como naquilo que é os Planos Operacionais Municipais, onde cada município discute, prepara e difunde no patamar inicial, que é o patamar municipal. -----

--- Temos seis municípios com meios próprios, com buldózer, com máquinas de rasto própria. Os outros municípios têm uma rede de prestadores de serviços que em caso de necessidade o acionam. -----



--- Desde logo, este primeiro gráfico demonstra-vos que os incêndios não ocorrem só no período de Verão, mas sim todo o ano. Tivemos em janeiro cento e setenta e seis incêndios, em abril duzentos e quarenta e três, em agosto trezentos e sessenta e nove. -----

--- Se eu perguntasse qual foi o mês em dois mil e dezassete em que mais ocorrências teve, as pessoas diriam em agosto. -----

--- Mas não foi. -----

--- Foi o mês de outubro. -----

--- A mesma distribuição em valor percentual e vimos que efetivamente os incêndios têm um impacto importante. O ano de dois mil e dezassete foi também um ano com seca associada, as alterações climáticas cada vez mais estão na ordem do dia e felizmente passaram a estar, um tema de debate da atualidade, o que muito nos apraz. -----

--- Isto são dados fonte Guarda Nacional Republicana e uma evidência que tivemos em termos de análise que é fazer a divisão ao longo das ocorrências de incêndio no ano de dois mil e dezassete e verificamos, porquê não sabemos, que o domingo e quarta-feira os dias em que mais ocorrências de incêndio existem. -----

--- Fazendo uma análise desde o ano de dois mil e doze ao ano de dois mil e dezassete e olhando especificamente para aquilo que se compreende dentro da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, verificamos uma tendência de três municípios que têm um conjunto de ocorrências significativas, Viseu, Tondela e Castro Daire. -----

--- No âmbito do Distrito o Senhor Major já referenciou, claro se formos para o maciço central da Serra de Montemuro, onde temos o concelho de Lamego, o de Castro Daire, o de Resende e de Cinfães temos mais de cinquenta por cento das ocorrências e mais de cinquenta por cento da área. -----

--- O que quer dizer que associado à atividade económica das pessoas necessariamente e obrigatoriamente temos que encarar que estas comunidades e estas pessoas têm necessidade de fazer uso do fogo, que vão fazê-lo com ou sem consentimento e o que tem de haver se calhar por parte das entidades competentes, uma aproximação e tentar ajudá-las e perceber o que necessitam de queimar e onde e no período de Inverno devemos providenciar todo o tipo de apoio e ajuda para que se faça gestão de combustível de uma forma controlada com o apoio dos sapadores florestais, com o apoio dos bombeiros, das câmaras municipais, da GNR e da sociedade civil. -----

--- Temos a mesma linha de tendência, o caso de Castro Daire e o de Viseu e depois temos os concelhos que foram bastante afetados no âmbito do Distrito, com particularidade para

aqueles que foram afetados sobre os incêndios do mês de outubro. Este era o cenário que tínhamos para catorze a dezasseis de outubro. -----

--- No dia catorze de outubro houve no Distrito de Viseu vinte e quatro ocorrências, os pontos azuis estão referenciados pela coordenada latitude do ponto de origem dos incêndios correspondem áquilo que ocorreu na realidade, que envolveram setecentos e noventa e oito operacionais e cento e noventa e oito veículos. -----

--- Entretanto surge um novo fator que se tinha em termos de previsão, o Ophelia e que contributo ele teve nos nossos incêndios. -----

--- Tenho aqui umas imagens que de alguma forma transmitem o que eu quero aqui dizer. ----

--- A seta vermelha do vosso lado direito significa a sobreposição sobre o nosso país, ainda com o epicentro do furacão Ophelia muito antes de chegar à região do continente, já estávamos sob aquele efeito de pó proveniente do Norte de África. -----

--- Este é o cenário do dia quinze de outubro no Distrito de Viseu. Cinquenta e sete incêndios com aquela distribuição real a que corresponde latitude/longitude de origem daqueles incêndios, envolvidos mil e quatrocentos e quatro operacionais e quatrocentos veículos. -----

--- Este é o cenário do dia dezasseis de outubro, vinte e nove ocorrências, trezentos e quarenta e nove operacionais. -----

--- Aqui já com o epicentro bastante próximo da região do continente e aqui temos o somatório do Distrito de Viseu nos três dias, catorze, quinze e dezasseis de outubro sendo que cada uma daquelas “bolinhas” corresponde aos focos de incêndio que ocorreram. -----

--- Bom, muita gente dizia: se só ardeu a Sul porque não trouxeram bombeiros do Norte? ----

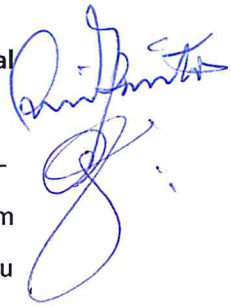
--- Se só ardeu a Norte porque não trouxeram bombeiros do Sul? -----

--- Desde Leiria a Viana do Castelo este era um cenário que se estava a repetir. -----

--- Entretanto sobreponho uma outra imagem. -----

--- Uma imagem de satélite do EFIS, em que aquelas áreas vermelhas a Sul do nosso país representa a coluna da vossa esquerda a vermelho, o incêndio que se inicia na Serra da Lousã em Prelhão, passa pela zona de Penacova, Poiães e que passa por cima da Barragem da Agueira e que entra no concelho de Mortágua, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, evoluindo até Tondela e Viseu. -----

--- A coluna mais ao centro tem o incêndio também proveniente do Distrito de Coimbra, que passa na zona de Oliveira do Hospital e falamos desta zona porque não teve um incêndio, mas sim incêndios que se juntaram nesta progressão e depois temos ainda os incêndios da Guarda. O de Oliveira do Hospital entra em Carregal do Sal, no concelho de Nelas e temos depois o da Guarda que volta a entrar no concelho de Nelas e em Mangualde. -----



--- Isto volto a referir, com as outras situações ativas. -----

--- A imagem que eu agora gostava de mostrar é esta em que transformámos o vermelho em laranja e simultaneamente com os incêndios que no fundo nos vimos como importadores ou se quiserem recetores, provenientes de outros Distritos. -----

--- Além disto, há um incêndio que se inicia mais na zona Dão Lafões, que se inicia em Maceira de Alcoba, concelho de Águeda, que evolui para o concelho de Vouzela, evoluindo também para Tondela pelo lado do Caramulo e simultaneamente Oliveira de Frades, vindo até São Pedro do Sul e chegando também ao concelho de Viseu.-----

--- Ou seja, Viseu que está no centro, a verdade é que esteve envolvido a toda a volta com o potencial risco de ser recetor de quatro incêndios. -----

--- O que tivemos no Distrito? -----

--- Para além de todos os municípios envolvidos com incêndios, Cinfães, Resende, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, tivemos em simultâneo estes concelhos com Planos de Emergência ativados. -----

--- Aliás, estão aqui algumas personalidades que tiveram a oportunidade de estar no Centro de Coordenação Operacional Distrital, gabinete de emergência que se montou para fazer resposta.-----

--- Eu poderei eventualmente responder a algumas perguntas, embora como sabem também no âmbito de uma decisão da Assembleia da República, estes incêndios de outubro estão a ser investigados pela comissão técnica independente, cujo relatório será tornado público, se eu não estou em erro, no próximo dia vinte.-----

--- O que temos feito desde então e o que tem estado a acontecer? -----

--- Foi criada uma estrutura de missão, saiu uma diretiva única de prevenção e combate. Ao nível distrital temos efetuado um conjunto de sensibilizações nas escolas, pois continuamos a pensar que a comunidade escolar é importantíssima no âmbito da passagem da informação e do marketing, por exemplo, estamos neste momento com um projeto em Viseu com cerca de mil e quinhentos alunos com o Agrupamento de Escolas Viseu Norte.-----

--- Estivemos esta semana numa ação conjunta com a GNR e bombeiros aqui no município de Castro Daire. -----

--- Temos outras ações calendarizadas, porque pensamos que através das crianças é possível sensibilizar os pais e até os próprios avós. -----

--- Temos vindo a fazer reuniões nas câmaras municipais com a participação e envolvência das juntas de freguesia, associações de produtores florestais e a sociedade civil em geral. -----

--- Todos os convites que temos vindo a receber temo-nos mantido disponíveis para participar.

--- Existe o projeto “Proteção do Edificado”, pensamos que é importantíssimo desenvolver e colocar em prática aquilo que são os planos prévios das aldeias.-----

--- As pessoas perante uma situação de pânico, a verdade é que hesitam e não sabem para onde fugir. Portanto há necessidade ao nível educacional nas aldeias e por isso vai sair um programa no próximo mês “Programa Aldeia Segura”.-----

--- Temos vindo no âmbito dos municípios por onde temos passado, tentar estimular que no âmbito das juntas de freguesia, corporações de bombeiros, as câmaras municipais definam dentro de cada aldeia, locais onde possa ser efetuada a concentração de pessoas.-----

--- Está mais do que evidenciado que nem sempre a evacuação é a melhor solução. Por vezes o confinamento é mais fácil e também com melhores resultados e simultaneamente os exercícios e os simulacros. -----

--- Outra coisa que tentaremos estimular e implementar é a comunicação em contexto de emergência.-----

--- Depois destes incêndios tivemos a oportunidade e o cuidado de no após tentar fazer um acompanhamento dentro daquilo que são as nossas áreas de competência, mas também noutras áreas do saber e das especialidades, até com conselhos práticos no âmbito da saúde pública, veterinária uma vez que houve bastantes carcaças de animais que também foram afetadas e no âmbito das próprias famílias. -----

--- Procuraremos estimular aquilo que são as Unidades Locais de Proteção Civil, movimentos que podem ser emanados da própria sociedade civil e que podem dar um contributo importante sempre com um objetivo. -----

--- Mais do que qualquer questão teórica em absoluto é importante que se exercite. É no contexto prático. -----

--- Estes exercícios devem ser praticados em toda a cadeia, desde o nível do município até ao nível da freguesia e nós próprios do ponto de vista familiar, termos o nosso plano de emergência, porque desde situações de quebra de energia elétrica, de rede pública de abastecimento de água, tudo isto foram situações evidenciadas. -----

--- As pessoas assustadas acabaram por utilizar mangueiras para refrescaram os seus jardins e no momento que chegaram os incêndios os mananciais de águas esgotaram ou porque falhou a luz e tinham os poços cheios, ninguém conseguiu fazer bombeamento de água a partir dos mesmos. -----

--- Portanto eu vou-me escusar, haveria muito a dizer. -----



--- Como é óbvio e como devem compreender até porque esta comissão técnica independente vai apresentar o seu relatório e aquilo que foi a sua análise certamente será tornado público, manter-me-ei disponível para qualquer questão.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Agradeço aos nossos convidados. Julgo que deram um contributo muito importante. -----

--- A ideia era que por um lado pudéssemos valorizar a própria Assembleia, no sentido que faz algumas questões, valorizar também a própria participação das pessoas e acima de tudo criamos uma ideia de quais são os problemas globais ao nível da nossa região.-----

--- Todos nós estamos a fazer o nosso papel na defesa dos interesses nos nossos municípios, mas há questões numa área mais alargada e que podem ter melhor resposta. -----

--- Esta visão da situação geral permitirá a todos os membros desta Assembleia a ter um conhecimento abrangente. -----

--- Passaríamos às questões que os Senhores Deputados queiram colocar.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves, cuja intervenção se transcreve: “Quero, antes de mais, fazer um reparo, uma chamada de atenção para o motivo de estarmos aqui hoje, é porque o Estado falhou. -----

--- É porque houve tragédias com mortes, destruição de florestas e de bens e o Estado falhou de forma copiosa e nós estamos aqui tentar desta vez refletir o conjunto das razões da falha. --

--- Em função do que aqui foi dito apercebi-me que o Governo está a tentar desresponsabilizar-se de um conjunto de tarefas que devia ter como prioridade e está a passar para s autarquias locais. -----

--- Aqui percebi que os Senhores Presidentes de câmara através do Conselho Executivo da CIM tomaram uma posição pública clara relativamente áquilo que é a responsabilidade e que está a ser passada para os proprietários e câmaras municipais, fruto da incapacidade que o Governo tem de responder no que também deve ser a sua preocupação que é a limpeza das florestas e manter a segurança das pessoas e dos seus bens. -----

--- Por isso, dizer desde já que o Partido Social Democrata se associa de forma clara aquilo que foi a tomada de posição dos autarcas da CIM. -----

--- Fiquei preocupado e não quero aqui por ordem, mas sim por interesse, responder ou questionar aqui os intervenientes, fiquei preocupado com o que disse aqui o Senhor Diretor do INCF, Eng.º Viriato Garcez, relativamente ao que é o dispositivo, as equipas que tem disponíveis e percebemos que são manifestamente insuficientes.-----

--- Falou aqui dos territórios de intervenção que tem e não percebi qual é a área florestal no seu todo que está à responsabilidade do ICNF.-----

--- Mas penso que nos disse que tinha à disposição cento e dez equipas e limpariam aproximadamente quinhentos e cinquenta hectares por ano. -----

--- O que é que está a ser feito pelo ICNF ou neste caso o que necessitaria para poder cumprir todos os anos efetivamente com a sua obrigação?-----

--- Depois, fazia-lhe uma pergunta também, uma vez que faz gestão destas áreas, se as regras que estão a aplicar relativamente aquilo que são as limpezas que têm de ser feitas e devidas distâncias entre os diferentes tipos de árvores, se isso faz com que a floresta seja rentável? ----

--- Ou seja, se nós podemos continuar a apostar na floresta sendo fator de dinamização económica da nossa região, do nosso território. Uma vez que grande parte do nosso território é floresta e nós temos que efetivamente olhar para a floresta não apenas como nos circunda, mas também como uma atividade económica que queremos rentabilizar. -----

--- Espero que nos esclareça alguma coisa neste sentido. -----

--- Depois, dizer também que temos um país em que mais quarenta por cento da população está situada ou vive em apenas cinco por cento do nosso território. O que se está aqui a aplicar não me parece que seja uma situação muito justa colocando estes municípios que têm muito pouca população a ter que responder, e com orçamentos muito restritos, a responsabilidades que não são suas, mas que a maior parte da população acaba por beneficiar.-----

--- É preciso encontrar aqui algum equilíbrio. -----

--- Os municípios não se têm que substituir ao Estado, têm de procurar soluções que ajudem os municípios do Interior, cumprindo com um processo de solidariedade. -----

--- Depois por situações que nos foram aqui ditas pelo Senhor Vice-Presidente da CCDRC, fiquei preocupado com os processos de resposta aos prejuízos das vítimas.-----

--- Daquilo que me tem chegado das preocupações dos agricultores, nós percebemos que há até três tipos de resposta.-----

--- Resposta de até cinco mil euros em que todos já receberam.-----

--- Depois candidatura ao PDR dos cinco mil aos cinquenta mil euros têm uma resposta de oitenta e cinco por cento de fundos comunitários.-----

--- De cinquenta mil para cima, apoios de cinquenta por cento.-----

--- E pelo que me apercebi no REPOR e a agricultura tem que ser vista como uma atividade económica e não pode ser o parente pobre da economia, principalmente nos nossos territórios.-----



--- Se para a reposição do potencial produtivo de qualquer outra atividade económica a resposta é sempre oitenta e cinco por cento e eu vou dar aqui um exemplo para que compreendamos o que estamos aqui a falar. -----

--- Uma empresa que perdeu um camião que custa cem mil euros e que neste momento está contabilizado por vinte mil em função dos anos que tem de uso quando através do REPOR se vai financiar para ajudar a repor esse potencial produtivo é oitenta e cinco por cento dos cem mil euros que vale o camião. -----

--- Se nós estivermos a falar em agricultura, um trator que valha quinze mil euros e com os anos de vida passa valer sete mil euros, só se paga oitenta e cinco por cento dos sete mil euros. -----

--- Esta é a minha leitura e as pessoas queixam-se disto. Os que menos podem são aqueles que estão a ser menos ajudados. -----

--- Neste momento com a resposta que o Estado está a dar, a atividade agrícola e florestal estamos a afastar as pessoas e colocar em acusa a capacidade produtiva. -----

--- Eu queria saber se há alguma vontade de encontrar algum mecanismo de reposta para além do PDR para conseguir um REPOR para agricultura que permita repor este potencial produtivo. -----

--- Perguntar-lhe também se há capacidade entre as empresas, se há recursos materiais e humanos e saber em que tempo é que vamos conseguir realojar as pessoas na sua primeira habitação. -----

--- E depois se nós diferenciamos a primeira habitação da segunda habitação, sabendo nós que nos nossos territórios, segunda habitação também quer dizer povoamento, que é o regresso muitas vezes das famílias que vão para o Litoral à procura de oportunidades que é o regresso dos nossos emigrantes, mas, no entanto, a incúria do Estado é que fez com que a casa fosse também destruída. -----

--- A responsabilidade e origem do problema é o mesmo e porque é que a resposta não é a mesma? -----

--- Sabemos nós que em Pedrógão isso aconteceu, embora não fosse o Estado a reconstruir a segunda habitação, os privados conseguiram fazê-lo através da Lei do Mecenato, mas as casas de segunda habitação foram efetivamente reconstruídas. -----

--- Outra situação que me preocupa, apenas saber se há condições ou não de repor efetivamente todas as infraestruturas no nosso território. Eu já falei com alguns autarcas e estão preocupados, porque há estradas que estão fechadas. Quem tem a responsabilidade de fazer o levantamento e essa recuperação? -----

--- Ao Senhor Comandante Operacional perguntar-lhe também se o dispositivo que este ano se está a preparar consegue responder ao que foram os problemas em dois mil e dezassete. Percebe-se hoje que há alguma dificuldade em perceber qual é a função do bombeiro. Inicialmente dizia-se que o bombeiro só deveria estar preocupado com o combate ao fogo urbano.-----

--- Ainda se mantém isso? -----

--- Se a articulação entre os bombeiros e os GIPS como se consegue melhorar e também perceber com esta questão dos meios aéreos, com a entrada da Força Aérea neste dispositivo para o próximo ano como é vamos conseguir ter aqui uma entidade que consiga fazer a articulação operacional no combate no terreno.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: "Eu gostava de dar nota de algo que nós realizámos no concelho de Vouzela, numa Assembleia Municipal extraordinária para debate e apresentação de ideias sobre o que está a ser feito relativamente a esta calamidade. -----

--- Mas fomos um pouco mais além, mais práticos. Todos os Deputados municipais saíram, foram para o terreno e fomos aos locais. -----

--- O estarmos a ver in loco o que se passou é muito diferente do estarmos sentados numas cadeiras. -----

--- Em Vouzela temos a sorte de ter no seu concelho grandes especialistas na matéria, desde logo o Eng.º Rui Ladeira, Presidente da Câmara, o Eng.º Nuno Amaral e o Eng.º Viriato Garcez, que é nosso Deputado Municipal.-----

--- Mas a ida ao local permitiu verificar não só terror que aquilo deve ter sido, o estado em que ficou toda a paisagem e nas zonas habitacionais como ficaram as casas. -----

--- Foi de facto um fenómeno extraordinário. Há situações estranhas, casas completamente ardidas e alguns metros à frente uma casa intacta. -----

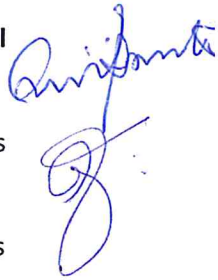
--- A visita percorreu algumas aldeias. Estivemos em Ventosa onde faleceram seis pessoas. Estivemos dentro das casas que estão em recuperação, que são três e não estão recuperadas.-

--- Portanto todas as medidas tomadas e anunciadas, passadas à comunicação social, discutido em diversos fóruns, a realidade é esta. -----

--- Há menos de quinze dias na freguesia de Ventosa onde faleceram seis pessoas estavam três casas em recuperação que nem sequer têm telhado.-----

--- E isto só soube porque lá fui ver, eu e todos os nossos Deputados. -----

--- Eu ouço muita coisa de recuperação, projetos, números, siglas. -----



--- Mas a verdade é esta, numa pequena localidade onde morreram seis pessoas, seis cidadãos portugueses há três casas em recuperação que nesta data nem telhado têm.-----

--- Temos que estar preparados para estes fenómenos da natureza, são alterações climatéricas que nada têm a ver com uma realidade, digamos, normal. -----

--- Este próximo Verão haverá com certeza incêndios e todos desejamos de não voltar a ter o azar de aparecer uma outra Ophelia ou outro fenómeno.-----

--- Tivemos também várias inundações.-----

--- Penso que ainda ontem morreu uma pessoa em Sintra, porque também parece que não estavam lá as placas com informação de que não podiam acampar. -----

--- A verdade é que morre uma pessoa, o custo de salvamento para com aquelas pessoas deve ter sido imenso e vejam o que pode causar estas opções naturalistas. Isto foi em Sintra. -----

--- Fazer aqui também jus à memória, porque tem que haver. Já houve anos com grandes incêndios e nunca foram tratados com este cuidado e com esta preocupação, como foi esta sugestão desta Assembleia.-----

--- A justiça seja feita. -----

--- A primeira pessoa que fez aqui um discurso muito emocional e violento em algumas alturas, mas que disse muitas verdades e já passaram anos foi o Comandante Farreca, que já fez parte desta Assembleia Intermunicipal.-----

--- Desde essa intervenção, ou seja, desde dois mil e treze, nunca mais falámos no tema e porquê?-----

--- Porque isto foi de facto uma calamidade, mas o ponto mais importante e que não vi aqui referir pelas entidades e para mim marca a diferença toda é que morreram cem portugueses. -

--- Porque nós calamidades vamos ter sempre, inundações, derrocadas, chuvas torrenciais, neve, granizo, fogos.-----

--- Agora a morte de cem portugueses?-----

--- É uma coisa que nos tem que deixar muito ligados a este assunto.-----

--- As árvores vão demorar tempo, mas vão com certeza crescer outra vez, as casas devagarinho lá se irão recompor, agora a morte de mais de cem portugueses. -----

--- É que não pode minimamente ser esquecida. -----

--- Em relação a isto e pelo respeito da pessoa humana acho absolutamente constrangedoras as imagens que todos pudemos ver de pessoas com setenta e oitenta anos com dificuldade de mobilidade, aflitas com a intimação das autoridades em autuar.-----

--- Eu penso que a prioridade seria a comunicação e marcar bem a necessidade de se fazer a limpeza à volta das casas, mas a forma como isto foi apresentado é de um abuso de poder absolutamente inadmissível. -----

--- É evidente e vamos ser realistas, não há material, nem empresas para fazer este trabalho em Portugal, já estão a entrar umas espanholas, mas mesmo assim não chegam. Não vale a pena andar com ilusões. -----

--- Não há capital humano sequer para fazer este trabalho. A não ser que mobilizássemos o exército, os professores, as crianças das escolas, não há pessoas desta área para fazer este trabalho conforme foi exigido. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Maria Matos, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria apenas complementar algo que disse o Dr. Pedro Alves e o que disse o Senhor Presidente e meu ex-professor Rui Santos. -----

--- Pegando nas palavras do Dr. Pedro Alves, estamos aqui porque o Estado falhou redondamente e porque o Governo está a tentar responsabilizar e passar a responsabilidade para os particulares e as autarquias. -----

--- Eu escrevi no dia dezasseis e publiquei no jornal e não vou ler o artigo todo, como é logico, apenas um pequeno parágrafo. -----

--- A situação é indescritível. Mal saí do carro atendeu o José Augusto, o Presidente da Junta. Disponível para ajudar como sempre disse com a voz cavada pela tristeza impotência. Isto está mau. Não temos meios. -----

--- Apareceu outra voz: Senhor Presidente da Junta o fogo já está na minha aldeia, acuda, acuda. O José Augusto olhou para mim com olhos no chão. Não sei se lacrimejou, não vi. Ajudei. Oh pá, atende lá quem mais precisa. E lá foi. -----

--- Do outro lado, o Senhor Presidente da Câmara gesticulava, atendia o que aparecia. -----

--- Aproximei-me e ouvi parte de um telefonema. Quero o centro de saúde aberto e já! -----

--- Não ouvi mais porque desligou. -----

--- Então Leonel? -----

--- Oh doutor nem sei o que lhe diga, não temos meios. Um abraço de conforto e vim embora. -----

--- Dois Presidentes e eu estou à vontade porque não são do meu partido. -----

--- Dois Presidentes que se desmultiplicavam em atividade e não fingida, porque a campanha eleitoral já passou e o resultado saiu com uma vitória redundante. -----

--- Podiam, porém, é pouco por incúria, incompetência, interesses inconfessáveis dos responsáveis lá do alto para quem estas coisas não são só desgraças. -----

--- Isto está feito para fazer mozza e massa e enquanto isto durar não resolve o problema. --



--- Não é fazendo com que os particulares façam o que lhes é impossível, não fazendo com que os municípios façam o que lhes é impossível.-----

--- Isto já aqui foi dito e eu queria aqui também realçar isto quanto mais não seja para que fique em ata que o disse.-----

--- E isto vem entroncar naquilo que dizia o Senhor Presidente e termino.-----

--- Eu vou um pouco mais além e estou a referir-me especificamente à Diretora Regional de Agricultura.-----

--- Como aqui foi dito também um dos problemas que isto tem é que a agricultura está a ser tratada de forma a desertificar o Interior.-----

--- Aquilo que se faz, porque as leis são estruturantes e essa parte estruturante é para acabar com a agricultura no Interior.-----

--- Mas eu queria vos dizer o seguinte. No facto da resposta que ofendeu a minha sensibilidade de “pouco ter a dizer e por isso não vem” quanto a mim significa aquilo que efetivamente, e eu não sei quem é a Senhora, ao que está por detrás desta resposta e está uma coisa muito simples que é alguém que é um dos braços do Governo está para dizer isso e não está para ouvir e para ouvir os eleitos.-----

--- Alguém nomeado não ouve os eleitos. Vai, se tem algo para dizer, não vai se tem que ouvir.-----

--- Esqueceu-se daquilo que se costuma dizer que “Deus Nosso Senhor deu-nos duas orelhas e uma boca”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Amaro, cuja intervenção se transcreve: “Quanto ao facto da Direção Regional de Agricultura não ter podido estar, se a razão foi por não ter nada a dizer também acho que não foi muito cordial da sua parte, se houve outras razões depois obviamente haverá outras explicações.-----

--- Antes de mais eu gostaria de felicitar o Presidente da Assembleia Intermunicipal pelo facto de ter dado corpo a esta iniciativa de aqui podermos discutir um tema e um problema tão atual e importante como aqui foi já dito.-----

--- Agradeço também em meu nome e dos Deputados do Partido Socialista a presença dos convidados e os seus contributos.-----

--- Para mim que não sou especialista em proteção civil e também não percebo muito de incêndios, o que eu posso apenas observar é como cidadão e pessoa interessada. E, desse ponto de vista, penso que assistimos já aqui a contributos importantes, sobre os quais, mais adiante, eu gostaria de colocar algumas questões.-----

--- Agora como observador atento da política e com algum conhecimento daquilo que são políticas de desenvolvimento regional e organização do território, permite-me dizer que o pior

que podemos fazer na interpretação daquilo que se passou, e que foi muito grave como já aqui foi dito, é fazermos algo que possa politizar essa questão e sobretudo politizá-la de uma forma que possa levar a entender que este ou aquele governo teve mais ou menos culpa e vou tentar explicar porquê.-----

--- Eu concordo que o Estado falhou, mas não por culpa de dois mil e dezassete, nem do Governo que lá estava nesse ano.-----

--- O Estado falhou há muito tempo e eu não vou levar isto para o Estado Novo. -----

--- O Estado falhou desde a década de sessenta que permitiu políticas de crescimento e desenvolvimento do país que abandonou o Interior. Um país, desde aí, completamente inclinado, litoralizado, quer do ponto de vista demográfico, quer do ponto de vista económico.

--- Falharam também os governos que, depois do vinte e cinco de abril, não tiveram isso em conta ou não têm isso em conta. E aqui, a este respeito, não há inocentes, muito menos inocentes políticos nesta Assembleia.-----

--- Se nós virmos isto numa perspetiva partidária, então temos de contar com quantos governos houve do PSD, do CDS e do PS e as suas responsabilidades. E isso é um debate que não interessa para nada, porque não há inocentes nesta matéria.-----

--- O Estado falhou, mas há muito tempo.-----

--- Quem quiser colocar as coisas de uma forma conjuntural não discute nada, muito pelo contrário, oculta verdadeiramente o problema. -----

--- O problema está, e todos os que têm responsabilidades nacionais, locais e regionais sabem isso, em algo muito simples e ao mesmo tempo muito complexo de resolver que é o despovoamento.-----

--- Se houvesse lá pessoas, não havia o combustível que lá está para arder e não era preciso estar agora intensamente a tentar resolver e a limpar aquilo que não se limpou durante anos.-

--- O despovoamento, que é consequência de políticas de despovoamento, esse sim explica muito. -----

--- O verdadeiro problema é político. -----

--- Porquê?-----

--- Porque quando se põe em causa regionalizar o país, quando se chama a atenção para o problema da interioridade, quando se chama a atenção da Comissão de Coordenação não ter as competências que deveria ter e a legitimidade política que teria se o país estivesse regionalizado, aí sim entramos na verdadeira discussão. -----



--- Quando se coloca em causa uma CIM, que toda a gente sabe que foi criada para, de algum modo, fazer aquilo que competia à regionalização, por não ter poder, nem capacidade, por falta de legitimação política. Isso é que é discutir verdadeiramente o problema.-----

--- Se vamos discutir aqui as coisas de forma simplória, simplista, quando o PSD esteve lá aqueles anos todos e não fez, o PS está lá agora e não faz, sendo que eu para esse debate não dou uma única palavra, porque não resolve nada e não traz qualquer solução.-----

--- Quanto ao que aqui foi apresentado, e como já disse não sou especialista na matéria, nem em proteção civil, nem no que diz respeito a fogos, eu sem querer destacar as intervenções feitas, permitia-me dizer que gostei muito da intervenção do Senhor Major Resende, e gostaria de o felicitar por isso.-----

--- Tem uma frase que para mim é lapidar nesta matéria: sensibilizar e fiscalizar, se falhar uma entra a outra.-----

--- Por que é que eu gostei disto?-----

--- Porque me parece que a questão fundamental está aqui nesta matéria. Um dos problemas que nós temos é a falta de pessoas, de povoamento, de entendimento económico sobre aquilo que são as florestas, desprezo também pela agricultura e aqui haveria muito que falar. -----

--- Todos nós nos lembramos dos subsídios que vieram da Europa, não para produzir mais, mas para arrancar, diminuir e sabemos o que foi feito nessa matéria.-----

--- Era bom termos alguma memória sobre isto.-----

--- Agora é preciso atuar e sem dúvida que isso significa sensibilizar e fiscalizar. -----

--- Concordo que isto deve ser feito por uma questão cultural muito nossa e eu não me excludo disso.-----

--- Em Portugal há muito o costume de quando a lei está a ser feita, ao contrário de outras culturas europeias, nomeadamente nórdicas, já toda a gente está a pensar na melhor forma de lhe fugir e evitar cumprir essa lei.-----

--- Esta cultura só pode ser combatida de duas formas e em paralelo: pela via da educação e da sensibilização. Mas, também, através da fiscalização, ou seja, quando não há fiscalização, a tendência é para não fazer.-----

--- O Senhor Major fez uma referência interessante, mas não tirou as devidas conclusões e se calhar não lhe competia estar a tirá-las, mas com certeza que concordará comigo.-----

--- As mortes todos nós sentimos isso. -----

--- Estava muita gente nas ações de sensibilização por uma razão muito simples, porque, para além da sensibilização, há a situação de haver aqui alguém que quer que a lei se cumpra, porque ela já existia e ninguém a fez cumprir.-----

--- A minha explicação para lá estar muita gente é que as pessoas passaram a compreender que aquilo é preciso fazer porque aquilo é necessário, mas também se não o fizerem haverá coimas, haverá problemas. -----

--- Eu não gosto de ser populista nem de ser simpático, nem gosto de ir no mesmo coro e porque sei que aqui não temos nenhum partido, temos todos.-----

--- Eu não estou de acordo e vou dizê-lo aqui frontalmente, não estou de acordo com o coro de protesto dos autarcas que existe neste momento, que não ajuda a esta sensibilização.-----

--- Eu percebo a dificuldade e até vou dizer uma coisa, que nesse aspeto comungo da mesma preocupação que é a de que o Governo pretenda com esta medida não só compartilhar responsabilidades, mas também de algum modo dividir as responsabilidades que possam haver se as coisas correrem mal.-----

--- Mas não compreendo de maneira alguma da parte dos Senhores Presidentes da câmara e nomeadamente no que aqui foi dito pelos dois Presidentes de câmara presentes, porque não contribui para esse civismo que eu acho que tem de haver em relação à proteção as florestas e aquilo que é a limpeza junto das populações e das próprias casas. -----

--- Não comungo da ideia de não assumir responsabilidades. Eu percebo politicamente as razões, mas há uma coisa que eu gostaria de dizer.-----

--- Percebendo a dificuldade que isso tem, os prazos e o ponto de vista financeiro, eu considero que os municípios e os Presidentes de câmara têm que assumir a sua responsabilidade naquilo que é a proteção civil.-----

--- Isso está na lei e naquilo que é o poder autárquico, isso está naquilo que é o poder dos municípios. Têm de partilhar essa mesma responsabilidade. Não podem dizer, se houver um problema, que o problema é todo do Estado. -----

--- Eu ouvi, por exemplo, aqui o Senhor Presidente da CIM dizer e eu tomei nota: “O Governo tem de arranjar outras soluções para a prevenção dos fogos”. -----

--- O Governo tem de arranjar e os municípios têm de colaborar e participar nessa mesma solução.-----

--- Dois minutos para terminar.-----

--- Eu compreendo as preocupações dos municípios, dos Presidentes da câmara, mas muito sinceramente e frontalmente, penso que não é o momento para fazer passar a mensagem de que não é possível, de que não se pode fazer nada. -----

--- Por acaso ouvi o Presidente da Associação Nacional de Municípios ao lado do Senhor Primeiro Ministro e vi-o já com outra postura. -----



--- Eu percebo tudo isso, porque é uma questão preocupante, mas os municípios têm que se habituar a partilhar responsabilidades.-----

--- É uma partilha de responsabilidades que vai desde o Estado até às autarquias.-----

--- E depois é de todos a responsabilidade cívica que cada cidadão tenha sobre si alguma dessa mesma responsabilidade.-----

--- Isto é uma questão cultural, de educação, a proteção das florestas, da natureza, das propriedades privadas e daquilo que é comum.-----

--- Daí que considero relevante essa sensibilização, mas também é preciso mais alguma coisa e isso ficou aqui dito.-----

--- Sendo eu ignorante nas matérias de proteção civil não gostava de deixar de perguntar ao Senhor Comandante do CODIS: na sua apresentação eu vi que a relevância, e bem, é dada aos concelhos que tiveram mais fogos, caso dos concelhos de Sátão, Tabuaço e Penalva do Castelo e a pergunta que faço com toda a sinceridade é esta: estes concelhos não seriam casos de estudo? Por que razão estes concelhos estiveram à margem dos incêndios?-----

--- Outra questão é a incidência dos fogos ao domingo.-----

--- Também a mim me faz espécie.-----

--- Agora uma questão mais diretamente para a CIM e para terminar.-----

--- A CIM tem um programa que é muito pós-moderno e importante e a que se dá uma grande relevância e vêm muitos subsídios para isso, não é o facto de a CIM o fazer, porque o faz, mas é o facto da União Europeia dar tanta relevância a isto que é o empreendedorismo.-----

--- O Empreendedorismo no básico, no secundário, na universidade, quase numa ideia de que vamos ser todos empresários.-----

--- Não seria muito mais interessante que a CIM tomasse a peito essa mesma sensibilização, por exemplo, desenvolvendo um programa de educação e sensibilização, como foi aqui apresentado pelo Senhor Major Resende?-----

--- Não poderá a CIM, também, tomar nas suas mãos um programa com tanto empenho como o empreendedorismo na sensibilização daquilo que é a floresta, daquilo que é a limpeza, daquilo que é a limpeza à volta das casas, naquilo que é a prevenção dos fogos, naquilo que é a importância de um país sem estas tragédias?-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Horácio Ribeiro, cuja intervenção se transcreve: "Vou ser muito rápido até porque o colega que me antecedeu acabou por explanar de uma forma muito clara daquilo que também era a minha intervenção.-----

--- Já falaram vários Deputados que o Estado falhou e concordo plenamente.-----

--- Falhando o Estado, falhámos todos, porque a proteção civil deve começar em cada um de nós e acho que mais importante do que estarmos a querer individualizar, porque naturalmente há responsabilidades maiores de alguns atores. Isso é evidente.-----

--- Como acho que vai haver um antes e um após dois mil e dezassete.-----

--- A tragédia foi grande e concordo plenamente que não podemos assistir impávidos e serenos à morte de cem portugueses e que temos que fazer alguma coisa.-----

--- O que está a ser feito e a meu ver até porque tenho algum conhecimento da área, com alguns erros e que eu poderia apontar alguns, mas acho que isso deve ser em gabinetes e em estruturas operacionais no sentido de melhorarmos as coisas. -----

--- Em termos políticos a imagem que eu acho que deve ser passa é que todos temos que limpar aquilo que é da nossa responsabilidade direta. -----

--- Se todos fizermos a nossa parte, vão continuar a existir incêndios, porque sempre os houve, mas antigamente não havia a questão da desertificação. -----

--- O problema é estrutural. -----

--- O problema de falha de proteção, falha de comandamento, de coordenação, é certo que terão havido casos pontuais desses.-----

--- Eu gostava de destacar o caso do meu concelho que é Castro Daire, que também foi assolado e gostava de ressaltar o que aqui aconteceu. -----

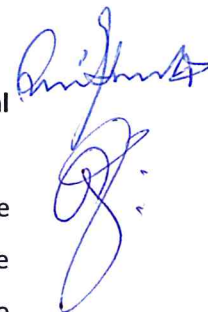
--- Ardeu uma imensa área e conseguimos não porque os bombeiros ou autarquia de Castro Daire sejam diferentes, mas porque se conseguiu uma grande conjugação de esforços entre todos os envolvidos e que foi o que permitiu que a tragédia não fosse a mesma. -----

--- Termino como comecei que acho que o Estado falhou, falhámos todos nós e esperemos não voltar a falhar. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Beja Correia, cuja intervenção se transcreve: “Muito rapidamente e sendo o mais objetivo, até porque muitos dos argumentos que foram aqui mencionados eu também concordo e são também as minhas preocupações. ---

--- No entanto, há aqui uma questão que estive a ver com as apresentações que são as seguintes:-----

--- Relativamente a Mangualde vejo que foi um dos concelhos mais fustigados pelos incêndios de quinze de outubro de 2017 e a questão que vou aqui colocar para o Dr. Veiga Simão ou para o Eng.º Viriato Garcez, relativamente ao fundo dos cinquenta milhões que vão ser disponibilizados para as faixas de gestão de combustíveis, quais serão os procedimentos a adotar pelos próprios municípios para acederem a esse fundo?-----



--- Relativamente a um outro fundo, que pela informação que obtive, a partir de dezanove de março de 2018, para as faixas de interrupção de combustíveis, até porque volto a realçar que Mangualde foi o terceiro concelho com mais área ardida no Distrito, qual a razão de Mangualde ficar sem acesso a essa candidatura?-----

--- São situações que eu gostaria que fossem esclarecidas, se possível. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Virgílio Cunha, cuja intervenção se transcreve: "Agradeço muito aos convidados a forma prática como fizeram aqui a sua prelação e exposição. -----

--- Congratulo-me com o facto de acabar de ver que, no campo, efetivamente cada um faz aquilo que lhe compete e com alguma ordem, sem atropelos de organismo para organismo, como tantas e quantas vezes se viu.-----

--- Não me vou pronunciar sobre aspetos políticos até porque sou um técnico da área, e por isso, vou para questões técnicas e diretas. -----

--- Uma delas é dirigida ao Senhor Diretor Regional das Florestas, só para ficarmos esclarecidos, em que ponto se encontram os parques de receção de madeira queimada e de biomassa.-----

--- Se efetivamente já estão criados e em que localidade eles se encontram, para nós também podermos informar as pessoas que nos interpelam sobre essa matéria. -----

--- Aproveitando aqui a presença do Senhor Vice-Presidente da CCDRC, também queria colocar--lhe uma breve questão. -----

--- A floresta ardeu e naturalmente não irá deixar de arder; o que esperamos é que não arda nas condições, nas quantidades e nos moldes em que ardeu até agora. Mas nós sabemos que estão a ser feitas coisas que vão obstar que as matas ardam e já muito aqui foi dito sobre isso e muito mais há a dizer e a fazer. -----

--- A limpeza dos matos é uma situação complicada e que é preciso executar, mas a dimensão da propriedade, é, em muitos casos tão pequena, que muita gente, se for limpar aquele seu pequeno terreno, a área, não compensa os custos de limpeza.-----

--- Só aumentando a propriedade, se cria dimensão para que justifique intervir nessas áreas. Já há quase cem anos que se pensou no associativismo para os terrenos agrícolas e tal não foi possível e será muito difícil.-----

--- Mas se calhar, para a floresta, há regras fáceis que nos podem ajudar muito, como seja, para além da troca de propriedades, haver um incentivo para que os proprietários possam comprar outras propriedades que lhe estão confinadas. -----

--- Para isto teria que haver uma ajuda e como já se prepara o novo quadro comunitário ou mesmo ainda dentro deste, se poderia pensar nisso, através da utilização dos dinheiros do Fundo Florestal Permanente ou outra modalidade.-----

--- Aquilo que eu pedia ao Senhor Vice-Presidente, era que, na medida em que pudesse influenciar a tutela e certamente que a CCDRC, será um serviço ouvido na definição das políticas e da legislação com que nos regemos, para que fosse criada uma ajuda para aquisição de terrenos florestais confinantes, e um subsídio para a limpeza tal como existe para os terrenos agrícolas.-----

--- Conforme os agricultores até ao final do ano e está a decorrer neste momento o pedido único para quem tem agricultura e lhe é atribuída uma determinada verba para ajudar a manter as terras limpas, eu pergunto por que não pode a floresta acompanhar a agricultura e poder-lhe ser disponibilizada, também, uma pequena ajuda para a manutenção anual dessas propriedades florestais.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da CCDR do Centro, Dr. Veiga Simão, cuja intervenção se transcreve: “Eu tinha pedido aos meus colegas para me deixassem falar em primeiro lugar. -----

--- Em primeiro lugar eu fui Deputado municipal por um município da Beira Interior Norte e estava a ter umas saudades desse tempo.-----

--- Em resposta ao Deputado Pedro Alves, em questão ao REPOR são de facto oitenta e cinco por cento sobre o valor do equipamento atual, é o valor do edificado que estava, são o valor das matérias-primas que estavam contabilizadas na totalidade. -----

--- Relativamente ao que se faz na agricultura sei o que se diz na comunicação social, mas não posso fazer comparação.-----

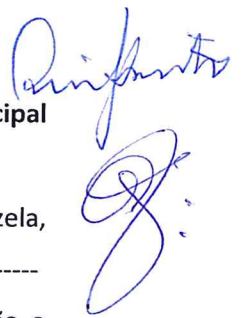
--- O REPOR foi negociado e articulado pela Comissão com a tutela e é com estes dados que nós estamos.-----

--- Relativamente a comparações com a agricultura peço desculpa, mas não devo nem posso. -

--- Relativamente à primeira e segunda habitação eu, nós CCDR estamos mandatados para a primeira habitação.-----

--- Sobre a segunda habitação temos acolhido todas as críticas e lamentos de todos os autarcas e obviamente fazer chegar essas informações à tutela.-----

--- Relativamente à questão do Senhor Deputado Vale de Andrade, não vou discutir aqui se já estão feitas casas ou não, mas uma coisa eu quero dizer eu só descansarei quando tiver as casas todas reconstruídas.-----



--- Ainda hoje estive com o Senhor Vereador Pedro Ribeiro da Câmara Municipal de Vouzela, tenho estado amiúde com ele de forma a resolver várias situações. -----

--- Ainda agora de manhã obviamente que me tentei preparar para vir para esta sessão e podia abrir aqui um pdf e dizer que três foram a coberto pelo seguro, que houberam seis desistências, enfim eu dava-lhe aqui um conjunto de informação que obviamente nós temos. -

--- Para mim basta uma não estar acabada, basta uma família e no fim estamos aqui a falar de pessoas como nós que ficamos sem o seu teto, muitas sem aquilo que construíram ao longo da vida e não é só habitação há muito mais coisas materiais e imateriais, se calhar a imaterial é até mais pertinente do que a material. -----

--- Só lhe quero dizer que nós CCDRC só descansaremos quando estiverem todas prontas, seja em Vouzela seja nos outros trinta e um municípios em que necessitem de alguma intervenção.

--- A questão da faixa de contenção de combustível que o Senhor Deputado referiu relativamente a Mangualde vou deixar para o meu colega do ICNF.-----

--- Relativamente ao Senhor Deputado Virgílio que me colocou uma questão direta, eu também a vou deixar para o meu colega, mas não vou deixar de lhe dizer que a experiência adquirida por nós CCDR nesta articulação com o ICNF, com a Agricultura, quando for negociado o novo quadro comunitário se a minha Presidente for chamada para dizer alguma coisa sobre esses apoios, poderemos dizer alguma coisa e de facto temos algo a dizer relativamente a isso.-----

--- Temos experiência nisso nomeadamente na elaboração dos PDM's onde essas questões também nos são colocadas. -----

--- Quando uma câmara municipal apresenta um Plano de Pormenor, ele tem de efeitos registais e bem sabem a dificuldade que há para conseguir ampliar um parque industrial e têm que ir comprar um conjunto de terrenos que pertence a duzentas famílias ou mesmo a três e um deles está na Suíça e nunca mais aparece.-----

--- Mesmo do ponto de vista do ordenamento do território com a lei que temos atualmente e eu tenho casos muitos. Posso dar-lhe outro exemplo que relacionado com os fogos, é sobre Figueiró dos Vinhos em que há um investimento preparado, o Presidente da Câmara identificou um terreno para esse investimento avícola, eram meia dúzia de proprietários, um hectare por cinquenta cêntimos o proprietário não vendeu e ficou sem o investimento. Porquê? -----

--- Eram muitos, começou a discussão sobre o preço e foi isso que aconteceu."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Diretor do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, do Instituto da Conservação da natureza e das Florestas, Eng.º Viriato

Garcez, cuja intervenção se transcreve: “Vou começar pelas questões levantadas pelo Senhor Deputado Pedro Alves e vou tentar sintetizar cada uma delas. -----

--- O Senhor Deputado acaba por dizer o Estado falhou e na minha opinião falhou o Estado, falharam os cidadãos, os municípios, falhou toda a gente. -----

--- Nós não estávamos era a contar quer se queira quer não para um ano com condições tão excecionais propícias aos incêndios que tivemos. -----

--- O Senhor Comandante tocou aqui em algo que para mim parece de extrema importância e aqui vou referir-me essencialmente aos incêndios de outubro que foi a questão do Furacão Ophelia e que teve aqui uma influência significativa. -----

--- Independentemente de áreas completamente limpas e as projeções foram enormes. Portanto houve aqui um conjunto de questões que nos leva a pensar isto de outra forma sem culpabilizarmos o Estado. -----

--- Eu também lhe quero dizer uma coisa, eu estava a entrar em funções quando foram os incêndios de Pedrógão e digo-lhe o seguinte:-----

--- Fiz seis comissões distritais de acompanhamento e fiquei satisfeito e o Distrito de Viseu era o único que tinha os planos municipais aprovados. O único de seis Distritos que tenho na minha responsabilidade.-----

--- Isto parece pouco significativo, mas é de extrema importância. -----

--- Na minha opinião, as leis estão criadas desde dois mil e seis e eu posso dizer-lhe que no dia dezasseis de outubro estava com um Presidente de câmara e com um comandante de bombeiros, na zona do Litoral e lembro-me de muita gente e posso dizer que foi em Mira que deixou de ser um incêndio florestal e passou a ser um incêndio urbano, pessoas a pedirem em pânico para a lei fazer-se cumprir. -----

--- Já tínhamos legislação a mesma não era em muitas situações cumpridas e pergunto quantos autos, por exemplo, foram levantados quando estava na esfera dos municípios e quais os resultados dos mesmos. -----

--- Não quero estar aqui a desresponsabilizar o Estado. -----

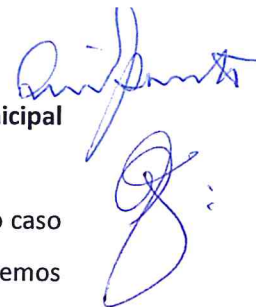
--- O que eu quero dizer é que há um conjunto de legislação que depois do que tivemos em dois mil e dezassete, dois mil e dezoito que tem que ser completamente diferente. -----

--- Dentro desta CIM falei aqui em vinte e duas equipas de sapadores e em média cada uma faz vinte e cinco hectares, o que daria em serviço público os tais quinhentos e cinquenta. -----

--- Qual é o perímetro florestal de Dão Lafões? -----

--- Não tenho aqui informação.-----

--- Para perceber se são poucas ou muitas equipas? Eu entendo.-----



--- Eu tenho alguns municípios que à longo de anos nunca tiveram uma equipa, como é o caso de Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo temos uma equipa, em São Pedro do Sul temos cinco. -----

--- Quando eu disse que há mais trinta e tal da parte Norte do Distrito. -----

--- Quando falamos a nível da floresta todos respondem a nível distrital, mas em termos da gestão da floresta a parte Norte do Distrito já corresponde a outro colega e temos aqui questões que estão completamente associadas umas às outras. -----

--- Tocou numa questão que eu concordo plenamente com ela que é a rentabilidade da floresta. Eu entendo que como não é rentável as pessoas vão abandonando, a questão da desertificação e eu entendo tudo isso. -----

--- Mas também lhe digo o seguinte, na minha opinião e não o vou culpabilizar a si, mas se calhar há um conjunto de leis que deveriam ser pensadas em termos da Assembleia da República. -----

--- E antes de começar esta reunião eu falava com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal e perdoe-me a inconfidência e que está muito preocupado com estas questões todas e dava-lha razão, mas a lei não me permite, que é o seguinte: -----

--- Em Carregal do Sal optou-se pelo pinheiro manso e muito bem, mas se em Carregal do Sal quisermos plantar meio hectare de pinheiro manso temos que ter um projeto. -----

--- Eu concordo que isto é um autêntico disparate e sou um diretor de departamento de conservação das florestas, mas é uma lei que foi feita na Assembleia da República e acho que isto devia ter sido facilitado. -----

--- Quando em dois mil e treze alguém quer pegar na obrigatoriedade do pinheiro manso, do carvalho, do sobreiro, da azinheira e ter as mesmas condições para ser aprovado como o eucalipto, o proprietário que está do outro lado pensa que se as exigências são iguais eu vou optar por uma espécie é mais rentável. -----

--- O que eu quero dizer com isto? -----

--- Quero dizer que se calhar numa situação como esta não deveria necessitar de ter um simples projeto e quem diz em Carregal do Sal diz noutra município. -----

--- Desde que não estivéssemos a falar de espécie de rápido crescimento. -----

--- Digo-lhe outra coisa que eu acho de extrema importância e há pouco abordou-se aqui sucintamente. -----

--- Infelizmente e eu falo como cidadão, quando os quadros comunitários são feitos às vezes são um pouco desajustados à nossa realidade, com o que se passa especificamente em cada concelho. -----

--- Dar-lhe um simples exemplo e para voltar à questão da rentabilidade das florestas.-----

--- Eu comecei a trabalhar na Guarda e em dois mil venho para Viseu e quando chego reparei num bom exemplo que havia de floresta e já escrevi sobre isto, o que se fazia em Vila Nova de Paiva, onde se conseguia fazer um agrupamento com mais de cem pessoas.-----

--- Eu na qualidade de técnico fui para fazer uma análise ao projeto e perguntei o seguinte: ----

--- Desculpe, mas não faz pontos de água?-----

--- Não faz aceiros? -----

--- E responde assim:-----

--- Se o Senhor coloca isso como condição não há projeto!-----

--- O que eu defendo para a rentabilidade da floresta que o proprietário fosse ressarcido em prol de um agrupamento, de uma determinada área e ter a rentabilidade ao fim de alguns anos.-----

--- Isto é algo que deve incluído em termos de quadros comunitários.-----

--- O Dr. Vale de Andrade falou em Vouzela e falou bem.-----

--- Vouzela tem sido dos municípios que tem aproveitado, e bem, os quadros comunitários na parte da floresta.-----

--- Talvez pelo Presidente ser uma pessoa desta área, mas tem sabido aproveitar e conforme este aproveita ou outros também podem aproveitar.-----

--- O concelho que era exemplo a nível nacional, que era Mação, ardeu imenso.-----

--- Vouzela que tem vindo a fazer grandes investimentos ardeu imenso.-----

--- O que aconteceu em dois mil e dezassete é algo que nos transcende.-----

--- Falou também na questão do exército.-----

--- Só para lhe dizer que vamos fazer em Viseu, vamos contar com cento e cinquenta militares, vamos fazer a limpeza em determinados sítios da Serra do Castro.-----

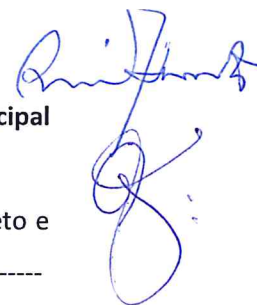
--- O ICNF apresentou um caderno de encargos que terminou esta semana as audiências.-----

--- As empresas concorreram para a limpeza da Região Centro de quinhentos hectares. Que são nos seus perímetros aglomerados de população e junto às redes viárias.-----

--- Eu lembro-me de estar com um Presidente na altura dos incêndios de Pedrógão e de dizer que a culpa disto é do ICNF, porque aprova a arborizações dos eucaliptos.-----

--- Sim e eu tinha acabado de chegado há quinze dias e tive que defender a honra da casa. O ICNF aprovava desde mil e treze e estaríamos a falar de eucaliptos com mais de quatro anos e quem os aprovava anteriormente?-----

--- Eram os municípios.-----



--- Mas também digo uma coisa, há sítios onde têm sido arborizados sem qualquer projeto e deve haver penalizações para estas pessoas. -----

--- O Eng.º Cunha falou na questão nos parques de madeira queimada e o que lhe posso dizer que essa situação está em consulta e ainda não lhe sei dizer quais são os locais. -----

--- É uma questão de dias para os primeiros parques aparecerem. -----

--- Sobre o que o Senhor Deputado Beja Correia falou das faixas de combustível, em Mangualde não temos qualquer perímetro, no que diz respeito ao ICNF, não temos qualquer área sob a nossa responsabilidade. -----

--- Mais daqueles duzentos e cinquenta hectares nós, Estado, não vamos fazer nada porque não temos autoridade sobre aquilo.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Comandante do CODIS de Viseu, Representante da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Miguel Ângelo David, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Deputado Vale de Andrade eu queria dar nota e o Senhor referenciou a condição humana. -----

--- Infelizmente não conseguimos fazer a proteção dos nossos únicos insubstituíveis cidadãos, mas a condição humana creia que está absolutamente presente. -----

--- Relativamente à questão do Senhor Deputado Rafael Amaro sobre Tabuaço, eu queria dar nota que teve vinte e seis incêndios, Sátão teve trinta e Penalva do Castelo vinte e oito e que consequentemente em matéria de área ardida e sabemos que estas coisas são cíclicas são tudo concelhos que apresentam valores na ordem dos três, quatro, cinco mil hectares sobretudo nos anos de dois mil e treze e dois mil e catorze. -----

--- No slide que eu mostrei na evolução de dois mil e doze, dois mil e dezassete e também naquele que o Senhor Major Resende teve a oportunidade de mostrar na área é óbvio que aquilo que terá ardido nos anos de dois mil e treze a dois mil e quinze, não tem influência em dois mil e dezassete, mas houve efetivamente ocorrências, contudo é um facto que não tiveram o flagelo que tiveram outros municípios. -----

--- Sobre a questão do domingo e da quarta-feira eu efetivamente não sei estabelecer aqui uma relação causa/efeito. -----

--- Tenho bastante curiosidade. Porque se formos também para o período horário é mais à noite que surgem incêndios, que normalmente é na proximidade de aldeias e que alguns deles surgem à meia-noite, à uma e às cinco da manhã. -----

--- Portanto não sei quais os padrões que estão ligados. -----

--- Relativamente ao Senhor Deputado Pedro Alves que me faz algumas questões que eu sei a resposta e outras que não tenho informação para lhe poder dar, nomeadamente o Senhor

Deputado tem conhecimento da criação de uma Unidade de Missão que está a articular um conjunto de estratégias que estão a ser desenvolvidas a um patamar superior e o qual de momento desconheço.-----

--- Mas não vou fugir a nenhuma questão até porque já ando á alguns anos nisto e fez questões muito pertinentes que eu não queria deixar de dar nota. -----

--- Desde logo, a questão do dispositivo.-----

--- O dispositivo do Distrito de Viseu desde á três anos a esta parte é um Distrito que tem a nível nacional o maior orçamento em termos de verbas para equipas de bombeiros. -----

--- O dispositivo de Viseu era composto este ano por trezentos e trinta bombeiros, sem contar depois com os apoios daquilo que são equipas de sapadores florestais, elementos GIPS da GNR, GNR na área de ambiente e nos territoriais entre outras entidades que concorrem para o dispositivo, nomeadamente no ano passado foi um milhão e setecentos mil euros. -----

--- Naquilo que depende e é o trabalho do Comandante Distrital a proposta que tem não é minimamente diminuí-la na proposta que vai fazer ao seu escalão superior, muito pelo contrário. -----

--- Nessa matéria nunca da minha parte vai ouvir dizer isso, obviamente que o patamar superior avaliará aquilo que é condescendido ao Distrito de Viseu. -----

--- Mas também é importante termos noção que apesar de sermos o maior dispositivo a nível nacional, o Distrito de Viseu, em termos de efetivos terrestre, também somos dos distritos que tem uma maior taxa de empenhamento operacional.-----

--- Também é um facto e a estatística diz isso. Em termos de números de ocorrências e de incêndios que ocorrem ao longo do ano.-----

--- Fez-me uma pergunta concreta se o dispositivo que irá estar instalado se posso dar garantias. -----

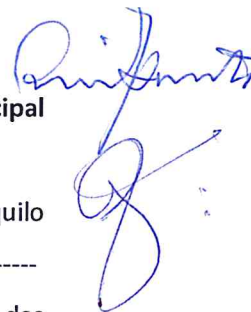
--- Penso que foi essa a pergunta. -----

--- Senhor Deputado eu quero dizer-lhe o seguinte:-----

--- Nós tivemos nestas situações de outubro dezassete municípios em vinte e quatro, alguns deles com seis incêndios.-----

--- Estou a lembrar-me de Castro Daire onde estamos e está aqui o Senhor Presidente da Câmara que ainda não estava em funções, mas pôde constatar que Castro Daire, os Bombeiros de Farejinhãs e os de Castro Daire estavam empenhados nas ocorrências, mas tinham mais de seis. -----

--- Houve alturas em que foram quinze kit's de juntas de freguesia e a sociedade civil que apoiou nessa operação.-----



--- Portanto os dispositivos são preparados obviamente que com um limite dentro daquilo que são as contingências.-----

--- Há aqui uma preocupação que eu gostaria de salientar e até por causa das responsabilidades que todos os Senhores têm e peço desculpa, mas não estou muito habituado a este tipo de fóruns, mas há uma coisa que nós temos de começar a pensar, é que das duas mil cento e quarenta e uma ocorrências no Distrito de Viseu, se nós olharmos que quarenta e dois são dolosos, seiscentos e vinte e quatro são negligentes, já toda a gente está a olhar para as consequências e é importante efetivamente olhar para elas, mas temos que olhar sobretudo para as causas.-----

--- E por que é que temos tantos incêndios e em simultâneo.-----

--- Normalmente no Distrito de Viseu temos factos que o comprovam, temos um ou dois incêndios grandes, sabemos que nos trinta, quarenta minutos seguintes vamos ter mais quatro ou cinco. Qual é o fator que aqui induz a que isto aconteça?-----

--- Há aqui uma sintonia muito grande, uma proximidade muito grande com a Guarda Nacional Republicana e no âmbito das entidades que compõem o Centro de Coordenação Operacional Distrital para percebermos todos estes fatores que levam a isso.-----

--- Adicionalmente questionou-me relativamente ao dispositivo aéreo.-----

--- Eu penso que o Distrito de Viseu por aquilo que é público passará a contar com dispositivo todo o ano.-----

--- Nomeadamente com dois aviões anfíbios, um helicóptero em Viseu e um helicóptero em Santa Comba Dão. Isto de janeiro a dezembro. Foi o que saiu no último concurso apesar de não saber qual é o andamento que isto tem.-----

--- Também isto é inédito no nosso Distrito e precisamente por olharmos para estes dados estatísticos e verificarmos que o janeiro, fevereiro, abril e também o outubro tem ocorrências.

--- Eu recorro os Senhores que há quinze dias atrás chegámos a ter no Distrito de Viseu dezasseis incêndios em simultâneo, onde o concelho de Viseu e de Castro Daire estavam a ser fustigados com um conjunto de ocorrências que até poderão ter aqui outro tipo de causas que eu não posso dizer exatamente os fatores que estão por detrás delas, mas a verdade é que houve uma série de ocorrências.-----

--- Para nós é determinante haver este dispositivo todo o ano, porque cada vez mais os incêndios ocorrem.-----

--- Relativamente à limitação da ação do bombeiro, da parte do Comandante Distrital não há qualquer limitação à ação do bombeiro, até porque sendo o maior dispositivo a nível nacional, sendo o próprio Comandante Distrital originário com trinta anos de carreira na área dos

bombeiros, os bombeiros são a espinha dorsal da proteção civil e todas as entidades devem ser um complemento e não uma substituição. -----

--- Queria dar nota também de algo que talvez não esteja muito esclarecido pela análise que se está a tentar fazer entre a articulação bombeiros, GIPS da GNR. -----

--- Se calhar o Distrito de Viseu não vai notar qualquer tipo de alteração, porque o Distrito de Viseu já tem o GIPS da GNR a fazer ataque inicial que é os helicópteros que atuam nos primeiros noventa minutos com elementos da Guarda Nacional Republicana com o GIPS no aeródromo de Viseu, em Santa Comba Dão e em Armamar há mais de cinco anos. -----

--- Nós já estamos habituados e a GNR para nós é um parceiro, trabalhamos em complemento e não em substituição. -----

--- Eventualmente noutros Distritos as coisas vão ter que se moldar. Obviamente. No caso concreto do Distrito de Viseu trabalhamos em parceria com todas essas entidades. -----

--- A nível da coordenação e comando também me fez essa pergunta. -----

--- O Sistema de Gestão de Operações e o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro em lei está perfeitamente vertido e identificado. -----

--- O primeiro elemento da primeira equipa a chegar ao local assume a função de COS – Comandante das Operações de Socorro, tanto é um sapador florestal, tanto é um elemento do GIPS da GNR, ou um elemento dos bombeiros. -----

--- Se chegar uma destas entidades, a partir do momento que chegue a primeira equipa de bombeiros o comando da operação é assumido pelo elemento mais graduado da equipa de bombeiros. -----



--- Portanto no Distrito de Viseu já trabalhamos assim e por isso eu dizia á pouco que não vamos notar diferença no que são estas dinâmicas porque o GIPS já fazem parte da nossa rotina no dia-a-dia. -----

--- Fez ainda uma outra questão que tinha a ver com a função de bombeiro. A função de bombeiro para nós é essencial. -----

--- Dar nota, por exemplo, no universo do Distrito de Viseu tem cerca de dois mil operacionais, no total dos trinta e três corpos de bombeiros. Destes dois mil operacionais e o nosso dispositivo tinha trezentos e trinta, as chamadas equipas ECIN e o Distrito de Viseu cumpriu e deu uma resposta sublime com os seus bombeiros, porque nós tivemos no terreno cerca de mil e quinhentos bombeiros. -----

--- Portanto se olharmos a esta taxa de esforço nós conseguimos através dos corpos de bombeiros dar uma resposta muito positiva naquilo que foi o âmbito do Distrito. -----

--- Se me permite e para terminar. Outra questão. -----

--- Os dispositivos estão preparados para um tipo de ação nomeadamente de incêndio florestal, mas estas questões trouxeram novas realidades. Estão aqui personalidades que tiveram oportunidade de acompanhar e estou a lembrar-me do Dr. Telmo, Dr. Mota Faria, a Eng^a Mónica e o Major Resende que passaram no Centro de Comando e tivemos realidades diferentes.-----

--- Eu dou o exemplo de duas indústrias muito conhecidas e de zonas no Distrito e estou a falar muito concretamente em Mangualde, empresa SONAE, não querendo personalizar, mas para dar o exemplo de outro tipo de riscos e ninguém pode crer que não tem medidas de auto-proteção e não tem planos de emergência e que não tem todas as medidas preventivas. -----

--- O mesmo aconteceu com a mesma empresa do grupo em Oliveira do Hospital. É que todas as medidas estavam preparadas para aquilo que são riscos internos e ninguém estava a contar que houvesse fontes de contaminação externas nomeadamente partículas incandescentes que eram trazidas pelos ventos e pela atmosfera, que caíram nos parques de madeiras e que provocaram incêndios e que a fábrica esteve parada praticamente quatro meses. -----

--- Isto foi uma nova realidade.-----

--- Poderia dar o exemplo que ninguém pensa do que todos sentimos daquilo que foi a nossa rede de telecomunicações, desde telemóveis, energia elétrica, falta de água.-----

--- Está ali o Senhor Presidente da Câmara de Santa Comba Dão e poderíamos falar do que é ter um comboio com trezentas pessoas algures no meio da Linha da Beira Alta e que temos que fazer a evacuação.-----

--- Eu disse á pouco tempo aos Senhores o seguinte e como o Senhor Deputado sabe tudo o que está a ser tratado em comissão técnica independente é como se fosse matéria de segredo de Estado, até à apresentação do seu relatório.-----

--- O Centro de Coordenação Distrital tomou um conjunto de medidas e ações no sentido de limitar ao máximo os danos da circunstância pela qual estávamos presentes.-----

--- Há aqui muitos riscos e muitas circunstâncias que aconteceram, se dissermos que de Lisboa vieram trinta e cinco ambulâncias para Viseu para ajudar na evacuação de feridos, se dissermos que houve autocarros, que foi prestada a assistência a cerca de nove mil pessoas durante aquela noite, desde lares e igrejas, largos para acolhimento. -----

--- Obviamente que estas coisas estão todas a ser analisadas e verificadas. -----

--- Estamos fortemente empenhados em melhorar aquilo que tiver de ser melhorado, em organizar o que tiver de ser organizado, queremos ser parte da solução e não parte do problema. -----

--- Obviamente com a ajuda de todos, nomeadamente o cidadão que consideramos a ser o primeiro agente de proteção civil.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Rui Santos, cuja intervenção se transcreve: “Acho que independentemente das limitações de tempo e não quer dizer que um dia mais tarde não possamos voltar a esta situação e voltar a abordar mais alguns problemas. -

--- Conseguimos de facto ter aqui visões alargadas sobre aquilo que se passou e em parte sobre o que está a ser feito, o que para nós individualmente em cada concelho por vezes não conseguimos ter e é assim que sabemos. -----

--- Acho que avançamos alguma coisa. Se calhar, não chegámos tão longe quanto a algumas expetativas de algumas pessoas, mas pelo menos avançámos. -----

--- Portanto fica o meu agradecimento aos nossos convidados e no caso do Dr. Veiga Simão e do Major Resende que não são responsáveis diretos, pedia que transmitissem tanto à Senhora Presidente como ao Senhor Comandante Territorial os nossos agradecimentos e fica o nosso reconhecimento. -----

--- Deixem-me só fazer um comentário pessoal sem ser como Presidente.-----

--- Nós falamos muito do Estado, mas nós também somos Estado.-----

--- Eu sou um velho militante da administração pública e costumo dizer isto muitas vezes, o Estado é central, é regional ou sub-regional e também é local e às vezes parece que cada um puxa a parte que não é Estado. -----

--- Nós somos Estado e hoje demos prova aqui de sentido de Estado de discutir um problema que é importante. Acho que valorizámos esta Assembleia e inclusivamente valorizámos o papel dos serviços que aqui estiveram a dar as suas explicações.” -----

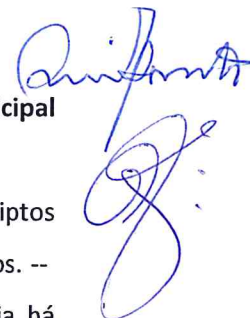
--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria só dizer duas ou três palavras. -----

--- Em primeiro lugar eu lamento profundamente, sinceramente Senhor Presidente, que uma catástrofe destas em que morreram cento e muitas pessoas em que tivemos mil e setecentas casas destruídas se tenha vindo para aqui com questões políticas. -----

--- Eu acho que isto é uma questão do país, que nos devia unir a todos e que não nos devia dividir como aconteceu aqui no dia de hoje. -----

--- E lamento porque se tivermos de falar em questões políticas e em governos então teremos de voltar à década de setenta. -----

--- Eu por acaso tinha aqui estes apontamentos e vou levá-los para o programa porque não sei se vou ter oportunidade de falar nele.-----



--- Na década de setenta havia duzentos e quarenta e um mil hectares de eucaliptos plantados, hoje temos oitocentos e doze mil hectares. Quatro vezes mais em quarenta anos. --

--- Isto é algo que faz com que o nosso país arda muito mais do que aquilo que ardia há quarenta anos.-----

--- Ao contrário, o pinheiro decresceu, passou de mil, duzentos e cinquenta hectares para setecentos e catorze hectares.-----

--- Há aqui um aumento extraordinário da plantação de eucalipto.-----

--- Eu não culpo o ICNF. Aliás o Senhor Engenheiro de certeza que se recorda que na primeira vez que nos encontrámos, eu fui a uma reunião a Viseu por causa de uma plantação autorizada numa zona Natura.-----

--- Eu fiquei de boca aberta quando uma senhora engenheira de Castelo Branco nos apresentou um decreto-lei em que diz que é autorizada uma plantação de eucalipto em zona da Rede Natura.-----

--- Isto é contranatura.-----

--- Eu poderia dizer muitas mais coisas, mas para terminar queria dizer o seguinte:-----

--- Ao Senhor Deputado Rafael Amaro eu quero dizer que nenhum Presidente de câmara da CIM Viseu Dão Lafões fugiu às suas responsabilidades. Nunca. Nem irá fugir. Não conte que os Presidentes fujam à sua responsabilidade, mas também não espere que eles sejam um anjo ou um Deus para fazer milagres.-----

--- Aquilo que não feito durante décadas não poderemos fazer em dois meses.-----

--- Eu quero ver se no dia trinta e um de maio aquilo que o Estado tem de limpar se está tudo limpo. Eu ainda hoje vim de Carregal do Sal para Viseu e de lá para aqui e vejo as bermas das estradas completamente cheias de mimosas e de mato.-----

--- Eu quero ver se o Estado também vai cumprir.-----

--- Não é só dizer aos Presidentes de câmara e dizer-lhes que lhes tira vinte por cento do FEF. -

--- Mas o mais grave nem é ficar sem esta verba, agora o grande problema é outro, se nós não conseguirmos fazer uma limpeza junto de uma casa de habitação, por qualquer razão, e houver um morto, o Presidente da câmara será responsável e será um criminoso. Repare o que aconteceu ao Presidente da câmara de Pedrógão Grande.-----

--- Esse é que é o grande problema.-----

--- Nós não estamos aqui a fugir a responsabilidades.-----

--- Eu digo só outra coisa.-----

--- A quem compete a segurança e a proteção?-----

--- Não é ao Estado?-----

--- O Estado delegou essas competências às câmaras?-----

--- Nunca as delegou. Impõe-nas, por decreto.-----

--- Não vamos estar aqui a atirar as culpas ao Governo A ou B.-----

--- A culpa vem de á décadas. Á décadas que estamos a tratar mal a agricultura, como já aqui foi dito, que abandonámos os campos que eram todos cultivados e no lugar das culturas estamos a plantar eucaliptos.-----

--- Digo mais, porque já tive oportunidade de o dizer ao Senhor Secretário de Estado, a não se tomar uma atitude agora que era a altura ideal, quem cá estiver daqui a sete ou oito anos, vai assistir a um espetáculo exatamente igual a este que aconteceu agora. Ou ainda pior, porque até aqui havia muita mata que era tratada e hoje muito agricultor já não vai tratar das matas, por não ter capacidade financeira para o fazer. Vão ficar abandonadas, o mato vai ser cada vez maior e não é cortando os cem metros limítrofes das povoações que nós vamos conseguir evitar os incêndios.-----

--- Quero ainda dizer-lhe que as casas que arderam em Carregal do Sal não são zona limítrofe da população, foram dentro da povoação. Foram projeções que vieram para casas antigas e possivelmente até através do musgo seco.-----

--- Nós temos as nossas responsabilidades, acatamos as mesmas, queremos cumpri-las, mas continuo a dizer que não conseguimos fazer milagres.-----

--- Relativamente à sensibilização que o Senhor Major Resende falou eu quero dizer-lhe e aqui agradecer-lhe também a disponibilidade que a GNR teve connosco como câmara, com os bombeiros de Carregal do Sal e que andámos também a fazer estas ações de sensibilização em todo o concelho.-----

--- É mais uma demonstração da responsabilidade que nós temos e daquilo que estamos a fazer.-----

--- Eu e certamente os meus colegas que viveram aquela fatídica noite de quinze de outubro estávamos no teatro de operações.-----

--- Fui eu que mandei cortar algumas estradas, porque infelizmente não tinha GNR no Carregal pois estavam em Nelas e Santa Comba Dão, com pessoal das juntas de freguesia que os mandei atravessar um trator e cortar estrada e estive até ao outro dia à meia noite a acompanhar todo o incêndio.-----

--- Estive no posto de comando, andei na rua, em comunicação com o CODIS várias vezes pedindo-lhe para me mandar bombeiros e ele só me dizia que não tinha.-----

--- Portanto acredite que da nossa parte podem contar connosco, mas volto a dizer-lhe por último, que milagres não sabemos fazer.”-----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente à questão do empreendedorismo que foi colocada pelo Senhor Deputado Rafael Amaro, dar nota que o projeto de empreendedorismo da região é liderado pela CIM mas não é só nosso é da região.-----

--- Todas as suas atividades são debatidas numa Rede de Empresas, Emprego e Empreendedorismo criada pela CIM, onde estão instituições de ensino, associações de desenvolvimento local e onde de facto desenhamos todos os projetos e consensualizamos intervenções. -----

--- Relativamente ao empreendedorismo no primeiro ciclo dizer ao Senhor Deputado, que obviamente em aluno de tenra idade o objetivo não é o de criar empresas, quando isso acontece melhor ainda, mas não é o objetivo principal. -----

--- No primeiro ciclo temos um objetivo principal e isso é o mais importante, é o de haver uma identidade das crianças com o território, com os seus recursos, com a realidade territorial e uma das temáticas que é abordada é a floresta e o seu valor económico. -----

--- Nesta identidade territorial inclusivamente os produtos que advém da floresta, como é o caso de Sátão com os mísscaros, em Carregal do Sal a questão da pinha e do pinhão. -----

--- Este ano o colóquio dos professores que se realizou no passado dia dez e amanhã que é o segundo dia, o tema foi a sustentabilidade do território ligado à educação ambiental. -----

--- Relativamente à questão mais específica que o Senhor Deputado colocou, e bem, sobre ações de sensibilização nas escolas, dar nota que a CIM candidatou um projeto ao POSEUR, em setembro último em que estamos a aguardar a aprovação do mesmo, do Plano Intermunicipal das Alterações Climáticas, como uma disseminação nas escolas exatamente das ações que estamos a desenvolver no plano intermunicipal.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, cuja intervenção se transcreve: “Para finalizar. Muito já foi dito também sobre aquilo que é a responsabilidade dos autarcas.-----

--- Dizer que não disse e nunca direi ou nunca me desresponsabilizarei das minhas responsabilidades enquanto autarca. -----

--- Mas por vezes e permitam-me fazer esta analogia, eu penso que é professor, às vezes nós percebemos melhor aquilo que é o nosso dia-a-dia e imagine que eu faço parte da tutela e dizia-lhe que a matéria que tem de lecionar aos seus alunos este ano vai ter de a lecionar numa semana e se no final não tiverem aproveitamento corto-lhe o ordenado e vai responder criminalmente. -----

--- Aceitaria? Acho que não.-----

--- Portanto é um pouco isto que está a acontecer e é um pouco isto a responsabilidade que nos estão a colocar nos ombros e é isso que nós não aceitamos.-----

--- Não queremos que sejam só as câmaras municipais e os autarcas a serem responsabilizados sobre este processo.-----

--- Deixem-me dizer que nestes fogos de quinze de outubro eu ainda não tinha tomado posse, mas acompanhei de perto e está aí o Senhor Horário Ribeiro, que é Comandante dos Bombeiros de Farejinhãs, estive com ele nos incêndios e estive no teatro de operações a acompanhar os incêndios. -----

--- O mais importante no meio disto tudo é que cada um de nós hoje saia daqui com uma visão que isto não acaba em maio.-----

--- Isto vai continuar e todos nós temos de pensar que dois mil e dezoito será um ano que vai ter de correr bem. Os anos seguintes também têm de correr bem e ter uma atitude construtiva neste sentido. -----

--- Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente, Rui Alberto Numes dos Santos e pelo Vice-Presidente da Mesa, Alberto Gonçalves da Ascensão.-----

